

O INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA
Análise Socioeconómica dos anos 2007-2012



Joana Fernandes
Jorge Cunha
Pedro Oliveira

Bragança, 2017

Título: O Instituto Politécnico de Bragança. Análise socioeconómica dos anos 2007-2012

Autores: Joana Fernandes, Jorge Cunha, Pedro Oliveira

Edição: Instituto Politécnico de Bragança · 2017

5300-253 Bragança · Portugal

Tel. (+351) 273 303 200 · Fax (+351) 273 325 405

<http://www.ipb.pt>

ISBN: 978-972-745-231-6

Online version: <http://hdl.handle.net/10198/14459>

ÍNDICE

ÍNDICE	i
ÍNDICE DE FIGURAS	iii
ÍNDICE DE TABELAS	v
RESUMO	VIII
1 – INTRODUÇÃO	1
1.1 O Instituto Politécnico de Bragança	2
1.2 As regiões de Bragança e Mirandela	4
1.3 Material e métodos	7
1.4 Estrutura do estudo.....	8
2 – CARACTERIZAÇÃO DOS INDIVÍDUOS DO IPB	9
2.1 Os funcionários docentes	9
2.2 Os funcionários não docentes	20
2.3 Os alunos	29
3 – O IMPACTO ECONÓMICO DO IPB NA REGIÃO	49
3.1 Modelo simplificado	49
3.2 Estimação do impacto do IPB	50
3.3 Síntese dos resultados obtidos.....	58
4 – COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS EM 2007 E 2012.....	60
4.1 Resultados dos funcionários docentes 2007-2012.....	60
4.2 Resultados dos funcionários não docentes 2007-2012.....	62
4.3 Resultados dos alunos 2007-2012.....	63
4.4 Resultados do impacto do IPB nas regiões de Bragança e Mirandela 2007-2012.....	66
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73
ANEXO 1 – INQUÉRITO AOS DOCENTES	77
ANEXO 2 – INQUÉRITO AOS FUNCIONÁRIOS	85
ANEXO 3 – INQUÉRITO AOS ALUNOS	93

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Total de alunos por ano letivo e por escola	3
Figura 2 – Total de docentes por ano letivo	4
Figura 3 – Total de funcionários por ano letivo	4
Figura 4 – Número de filhos dos docentes da amostra que frequentam o ensino público x privado	12
Figura 5 – Rendimento ilíquido mensal do agregado familiar dos docentes da amostra	12
Figura 6 – Gastos médios mensais totais do agregado familiar dos docentes da amostra	16
Figura 7 – Rendimento ilíquido mensal do agregado familiar dos docentes da amostra	22
Figura 8 – Gastos médios mensais totais do agregado familiar dos funcionários	26
Figura 9 – Distribuição dos alunos da amostra pelo ano oficial de matrícula.....	30
Figura 10 – Histograma das idades dos alunos inquiridos	33
Figura 11 – Distribuição de idades dos alunos inquiridos em classes.....	34
Figura 12 – Distância entre a residência habitual dos alunos da amostra e as escolas de Bragança	35
Figura 13 – Distância entre a residência habitual dos alunos da amostra e a escola de Mirandela.....	36
Figura 14 – Caracterização do rendimento médio mensal do agregado familiar dos alunos.	40
Figura 15 – Distribuição dos alunos segundo a decisão de ficar ou não na região após obter a licenciatura	48
Figura 16 – Modelo simplificado para a estimação dos impactos económicos das IES.....	50

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Resumo dos indicadores da população portuguesa, ano 2011	5
Tabela 2 – População ativa do Norte de Portugal por nível de escolaridade obtido, em 2012	6
Tabela 3 – Número de alunos matriculados por nível de ensino, em 2011	6
Tabela 4 – Distribuição da amostra de docentes por concelho de residência antes e após ser docentes do IPB	10
Tabela 5 – Resumo dos gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra	15
Tabela 6 – Gasto médio mensal total do agregado familiar, por número de filhos	16
Tabela 7 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra	17
Tabela 8 – Quadro comparativo da despesa total anual média do agregado familiar dos docentes e das famílias portuguesas	18
Tabela 9 – Distribuição da amostra de funcionários por concelho de residência antes/após ser docentes do IPB	21
Tabela 10 – Resumo dos gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra ..	25
Tabela 11 – Gasto médio mensal total do agregado familiar, por número de filhos	26
Tabela 12 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra	27
Tabela 13 – Quadro comparativo da despesa total anual média do agregado familiar dos funcionários e das famílias portuguesas	28
Tabela 14 – Associação entre os anos oficiais de matrícula e o total de anos a frequentar o IPB dos alunos da amostra das licenciaturas	31
Tabela 15 – Número médio de anos a frequentar o IPB, por área de estudos	31
Tabela 16 – Taxa de retenção por área de estudo dos alunos da amostra	32
Tabela 17 – Área de influência do IPB	37
Tabela 18 – Caracterização da escolaridade dos progenitores dos alunos	39
Tabela 19 – Resumo do orçamento disponível dos alunos por fonte de origem	41
Tabela 20 – Resumo dos gastos médios mensais dos alunos por tipo de alojamento	43
Tabela 21 – Resumo dos gastos médios mensais dos alunos por categoria	45
Tabela 22 – Resumo dos gastos totais médios mensais dos alunos inquiridos	45
Tabela 23 – Distribuição de alunos segundo opção futura de ficar ou não região	47
Tabela 24 – Gasto anual direto dos docentes do IPB na região	52
Tabela 25 – Gasto anual direto dos funcionários do IPB na região	54
Tabela 26 – Gasto anual direto dos alunos do IPB na região	56
Tabela 27 – Impacto direto do IPB na região em 2012	57
Tabela 28 – Caracterização dos docentes	60
Tabela 29 – Caracterização dos rendimentos e gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes 2007-2012	61

Tabela 30 – Caracterização dos funcionários	62
Tabela 31 – Caracterização dos rendimentos e gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários 2007-2012	63
Tabela 32 – Caracterização dos alunos	64
Tabela 33 – Caracterização dos gastos médios mensais dos alunos 2007-2012.....	65
Tabela 34 – Resultado dos impactos do IPB na região.....	66
Tabela 35 – Proporções a considerar no cálculo do impacto por região	67
Tabela 36 – Resumo do impacto do IPB em 2012	68
Tabela 37 – Resumo do impacto do IPB em 2007 e 2012	69

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

DGCI - Direcção-Geral dos Impostos

DGES - Direcção-Geral do Ensino Superior

ESA - Escola Superior Agrária

EsACT - Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo

ESE - Escola Superior de Educação

ESSa - Escola Superior de Saúde

ESTGM - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Mirandela

ESTiG - Escola Superior de Tecnologia e Gestão

IES - Instituição de Ensino Superior

INE - Instituto Nacional de Estatística

IPB - Instituto Politécnico de Bragança

NUT - Nomenclatura de Unidade Territorial

RESUMO

Atualmente existe um grande interesse por parte das instituições do ensino superior (IES) em conseguir estimar o impacto económico que têm nas regiões onde se encontram inseridas. De facto, este interesse tem aumentado significativamente nos últimos anos, verificando-se que, não só as instituições se empenham em determinar o impacto nas regiões, também as próprias regiões e o grande público manifestam interesse em conhecer esses valores.

Nesse sentido, já em 2007, tinha sido feita uma estimativa do impacto do Instituto Politécnico de Bragança (IPB) na região (Fernandes, 2009). Em 2012, iniciou-se um projeto conjunto entre sete institutos politécnicos nacionais - Instituto Politécnico de Bragança, Instituto Politécnico de Castelo Branco, Instituto Politécnico de Leiria, Instituto Politécnico de Portalegre, Instituto Politécnico de Setúbal, Instituto Politécnico de Viana do Castelo, e Instituto Politécnico de Viseu - para estimar de forma mais abrangente o impacto destas instituições do ensino superior politécnico nas respetivas regiões de influência.

Este trabalho descreve parte do estudo que foi realizada no Instituto Politécnico de Bragança. Para isso, procedeu-se a uma recolha de dados através de um inquérito por questionário que possibilitou a caracterização socioeconómica dos indivíduos diretamente relacionados com a instituição, nomeadamente os funcionários docentes e não docentes e os alunos. Após a obtenção desses dados foi possível estimar o impacto do IPB na região, mediante a aplicação do modelo simplificado de Fernandes (2009).

O impacto total do IPB nas regiões de Bragança e Mirandela, englobando o impacto direto, indireto e induzido, considerando um multiplicador de 1,7, em 2012, foi de 66,2 milhões de euros¹, o que corresponde a 11,02% do PIB das regiões em análise.

¹ O valor exato obtido foi 66.243.805,5 euros.

² O valor exato transferido do Orçamento de Estado em 2012 é 16.025.345 euros (cf. Informação oficial do IPB).

³ A escola EsACT de 1995/96 a 1998/99 funcionou como polo da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Bragança, só funcionando formalmente como escola independente a partir de 1999.

Considerando que o orçamento transferido pelo estado para o IPB, referente a 2012, foi de 16,0 milhões de euros², pode-se afirmar que por cada euro gasto pelo Estado no financiamento do IPB, gerou-se um nível de atividade económica nos concelhos de Bragança e Mirandela, numa perspetiva pessimista (multiplicador 1,0) de 2,43 e numa perspetiva otimista (multiplicador 1,7) de 4,13 euros.

Utilizando o conceito de produtividade aparente da região NUT III Alto Trás-os-Montes é possível converter o impacto económico em número de empregos gerados. Desta forma, o número de empregos associados à existência do IPB ascende aos 1.910, na perspetiva pessimista (considerando o multiplicador 1,0), e, aos 3.247, na perspetiva otimista (com o multiplicador de 1,7). Verifica-se que, em 2012, o número de indivíduos com atividade profissional atribuída à presença do IPB corresponde entre 7,6% e 12,9% da população ativa dos concelhos de Bragança e Mirandela.

Foi ainda possível comparar a evolução verificada nos padrões de gastos dos indivíduos do IPB e no impacto da instituição nos anos 2007 e 2012. Verificou-se que o IPB aumentou o seu impacto no PIB regional (passando de 8,23% para 11,02% do PIB regional) e aumentou o nível de atividade económica gerada na região por cada euro financiado pelo Estado tendo passado de 2,33 em 2007 para 4,13 euros em 2012. De uma forma geral, o peso relativo da atividade económica relacionada com a existência do IPB no PIB local aumentou quase 27%.

² O valor exato transferido do Orçamento de Estado em 2012 é 16.025.345 euros (cf. Informação oficial do IPB).

1 – INTRODUÇÃO

Atualmente existe um grande interesse por parte das instituições do ensino superior (IES) em conseguir estimar o impacto económico que têm nas regiões onde se encontram inseridas. De facto, este interesse tem aumentado significativamente nos últimos anos, verificando-se que, não só as instituições se empenham em determinar o impacto nas regiões, também as próprias regiões e o grande público manifestam interesse em conhecer esses valores.

No presente contexto de crise económica e contínuos cortes orçamentais é exigido cada vez mais às instituições que produzam provas que justifiquem o financiamento público, para além da vertente de ensino. Como tal, os estudos de impacto económico são essenciais para demonstrar às regiões onde estão inseridas os benefícios que obtêm por albergar uma instituição deste tipo e também para permitirem às IES justificar os atuais apoios estatais e fundamentar aumentos desses valores.

Nesse sentido, já em 2007, tinha sido feita uma estimativa do impacto do Instituto Politécnico de Bragança (IPB) na região (Fernandes, 2009). Em 2012, iniciou-se um projeto conjunto entre sete institutos politécnicos nacionais - Instituto Politécnico de Bragança, Instituto Politécnico de Castelo Branco, Instituto Politécnico de Leiria, Instituto Politécnico de Portalegre, Instituto Politécnico de Setúbal, Instituto Politécnico de Viana do Castelo, e Instituto Politécnico de Viseu - para estimar de forma mais abrangente o impacto destas instituições do ensino superior politécnico nas respetivas regiões de influência.

Este trabalho descreve a parte do estudo que foi realizada no Instituto Politécnico de Bragança (IPB). A informação foi recolhida através de um inquérito por questionário que permitiu realizar a caracterização socioeconómica dos indivíduos diretamente relacionados com o IPB, nomeadamente os funcionários docentes e não docentes e os alunos. Após a obtenção desses dados foi possível, mediante a aplicação de um modelo simplificado baseado nos trabalhos de Caffrey & Isaacs (1971), estimar o impacto do IPB na região (Fernandes, 2009).

Para a determinação do impacto económico do IPB foi necessário, desde logo, identificar a região em que está implantado e que mais diretamente poderá beneficiar da sua existência. Considerou-se, por isso, que a economia local em estudo corresponde aos concelhos de Bragança e Mirandela, onde se localizam as escolas do IPB.

1.1 O Instituto Politécnico de Bragança

O Instituto Politécnico de Bragança *“é uma instituição pública de ensino superior que tem por missão a criação, transmissão e difusão do conhecimento técnico-científico e do saber de natureza profissional, através da articulação do estudo, do ensino, da investigação orientada e do desenvolvimento experimental”* (DR 2ª série – nº 236 – 5/12/2008).

O IPB, enquanto instituição localizada no nordeste transmontano, *“tem como missão principal o desenvolvimento do interior de Trás-os-Montes, impedindo a sua desertificação e constituindo um pólo de atracção de iniciativas para a região”* (acedido em 28/12/2008, disponível em www.ipb.pt).

O IPB desenvolve a sua missão em articulação com a sociedade, incluindo a cooperação transfronteiriça, numa perspetiva de coesão territorial e de afirmação nacional e internacional, com vista ao desenvolvimento da Região, assente na inovação e na produção e transferência do conhecimento técnico-científico.

O IPB foi criado pelo Decreto-Lei nº 513-T/79 de 26 de Dezembro com competências para atribuir graus de bacharel e de licenciado, que foram alteradas para a *“realização de ciclos de estudos visando a atribuição de graus académicos, bem como de outros cursos pós-secundários, de cursos de formação pós-graduada e outros”* (DR 2ª série – nº 236 – 5/12/2008). Inicialmente, foi constituído com a Escola Superior Agrária e a Escola Superior de Educação. Posteriormente, foram criadas mais 3 escolas: a Escola Superior de Tecnologia e Gestão (criada em 1990), a Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo

(criada em 1999³ e designada inicialmente como Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Mirandela, tendo passado à atual designação pelos novos estatutos do IPB, publicados no DR 2ª série – nº 236 – 5/12/2008) e a Escola Superior de Saúde (Escola Superior de Enfermagem de Bragança integrada no IPB em 2001, e reconvertida para a atual designação em 2003).

O crescimento do IPB, ao longo da sua existência, pode ser avaliado pela evolução do seu número de alunos, docentes e funcionários, como se pode observar nas figuras 1, 2, e 3.

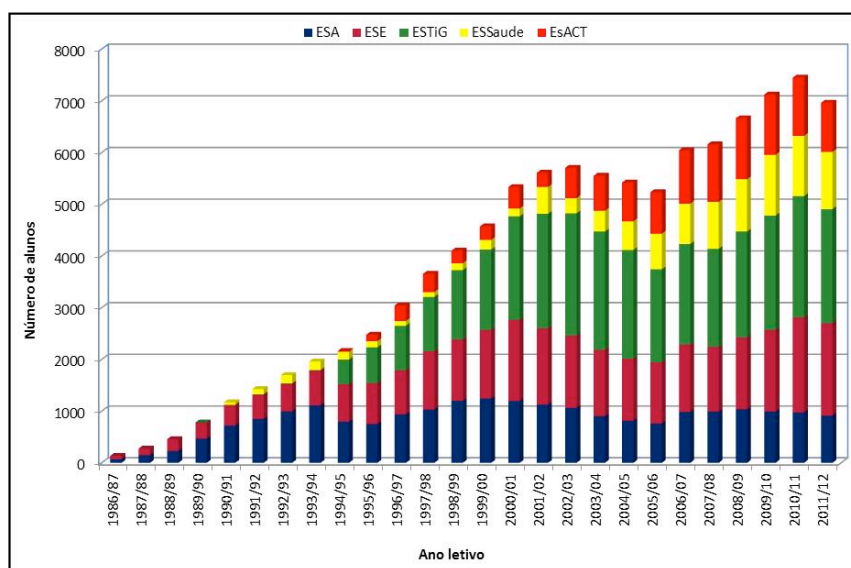


Figura 1 – Total de alunos por ano letivo e por escola
 Fonte: Serviços académicos do IPB.

A figura 1 apresenta a evolução dos alunos, desde o ano do início do seu funcionamento até ao ano letivo de 2011/12, onde se verifica que estão matriculados 6.965 alunos (à data de 31/12/2011 a informação oficial referia 6.754 alunos).

³ A escola EsACT de 1995/96 a 1998/99 funcionou como polo da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Bragança, só funcionando formalmente como escola independente a partir de 1999.

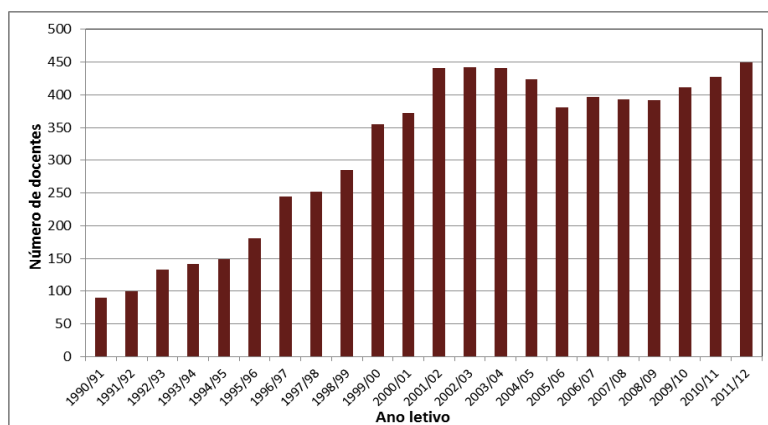


Figura 2 – Total de docentes por ano letivo
 Fonte: Serviços académicos do IPB.

Na figura 2 observa-se a evolução do número de docentes do IPB, valor registado desde o ano letivo de 1990/91 até ao ano de 2011/2012, que apresentava um total de 449 docentes.

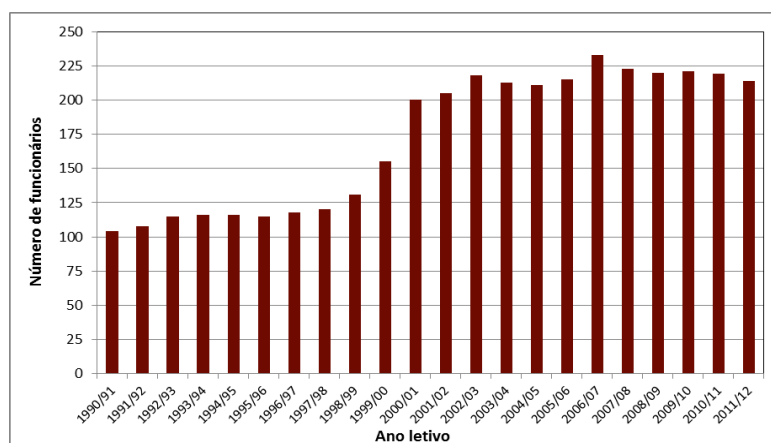


Figura 3 – Total de funcionários por ano letivo
 Fonte: Serviços académicos do IPB.

A figura 3 descreve o número de funcionários contratados pelo IPB ao longo dos anos, desde 1990 até ao ano de 2011/12, que registava 214 funcionários (à data de 31/12/2011).

1.2 As regiões de Bragança e Mirandela

Para conduzir este estudo é necessário demarcar claramente a região em análise. Como a definição de fronteira geográfica de um estudo é, usualmente, institucional e politicamente motivada, entendeu-se que a economia local seria definida como a economia onde a

instituição estudada está localizada, ou seja, os concelhos de Bragança e Mirandela (Johnson, 1994).

O IPB tem o seu campus principal implantado na cidade de Bragança e uma escola descentralizada na cidade de Mirandela, que são as regiões beneficiadas pela presença do IPB e pela correspondente existência dos indivíduos a ele associados.

Estas regiões pertencem à NUT II (Nomenclatura de Unidade Territorial) – Norte, que, nos censos de 2011, apresentava uma população de 3.689.682 habitantes e à NUT III – Alto Trás-os-Montes, que tinha uma população de 204.381 habitantes.

Na tabela 1 são apresentados alguns indicadores que permitem uma descrição mais detalhada das regiões em análise. Estes valores referem-se ao ano de 2011.

Tabela 1 – Resumo dos indicadores da população portuguesa, ano 2011

	Portugal (Continente) (NUT I)	Norte (NUT II)	Alto Trás-os-Montes (NUT III)	Bragança	Mirandela
População	10.047.621	3.689.682	204.381	35.341	23.850
0-14 anos	1.484.120	557.233	22.863	4.377	2.896
15-24 anos	1.079.493	425.876	20.032	3.577	2.571
25-64 anos	5.546.220	2.075.134	104.520	19.182	12.367
65 ou mais anos	1.937.788	631.439	56.966	8.205	6.016
Taxa de analfabetismo	5,20%	5,01%	10,23%	7,87%	8,98%
Taxa bruta de natalidade	9,1‰	8,5‰	5,9‰	7,4‰	7,1‰
Taxa bruta de mortalidade	9,8‰	8,6‰	13,1‰	10,7‰	11,1‰
Índice de envelhecimento	130,5	114,1	247,1	181,3	207,8
Número de hospitais	202	70	4	1	1
Médicos por habitante	4,1‰	3,9‰	2,5‰	3,6‰	3,0‰
PIB <i>per capita</i>	16.129,96 €	13.118,47 €	11.366,51 €	11.344,73 €	8.568,11 €
Índice PIB <i>per capita</i>	99,6	81,0	70,2	70,0	52,9
Índice Poder de compra <i>per capita</i>	100,83	89,22	72,35	96,47	80,36
População ativa	4.780.963	1.756.065	77.656	15.411	9.716
Taxa de desemprego	13,2%	14,5%	11,9%	9,9%	12,2%
Edifícios de habitação familiar clássica	3.298.125	1.217.199	129.071	17.080	12.544

Fonte: INE (acedido em 28/03/2013 e 11/11/2013, disponível em www.ine.pt), PORDATA (acedido em 13/04/2013, disponível em www.pordata.pt) e Ramos (1998).

Bragança, segundo os dados de 2011, é uma região com 35.341 habitantes (em 2010 a cidade tinha 20.309 habitantes), com uma densidade populacional de 30,1 habitantes/km², com um índice de envelhecimento de 181,3, com uma área geográfica de 1.173,6 km², e um índice de poder de compra em 2009 de 96,47 (o índice da média nacional é 100,00).

A região de Mirandela apresenta, no ano de 2011, 23.850 habitantes (a cidade em 2010 registava 10.780 habitantes), uma densidade populacional de 36,2 habitantes/km², um índice de envelhecimento de 207,8, ocupa uma área geográfica de 659,0 km², e tem um índice de poder de compra correspondente a 80,36 da média nacional.

Em ambas as regiões observa-se uma distribuição quase equitativa de homens e mulheres, sendo as mulheres ligeiramente mais representadas (aproximadamente 52,0% mulheres).

A tabela 2 apresenta uma breve síntese da distribuição da população ativa em função do nível de escolaridade mais elevado, para a região Norte de Portugal, para o ano 2012.

Tabela 2 – População ativa do Norte de Portugal por nível de escolaridade obtido, em 2012

Ano 2011	Nenhuma educação	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Ensino Superior	Total
Total	66.200	414.100	330.300	427.400	361.100	364.800	1.963.900
15-24 anos	--	1.900	13.200	54.900	75.300	20.400	165.700
25-34 anos	2.200	11.400	63.000	125.300	123.000	154.200	479.100
35-44 anos	8.100	64.500	132.300	130.800	88.800	97.700	522.200
45-64 anos	27.800	277.800	118.700	111.200	72.700	88.800	697.000
65 ou mais anos	28.100	58.500	3.100	5.200	1.300	3.700	99.900

Fonte: INE (2012a).

A tabela seguinte apresenta o número de alunos matriculados nos vários níveis de ensino.

Tabela 3 – Número de alunos matriculados por nível de ensino, em 2011

Número de alunos matriculados (2010/11)	Pré-primária	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Ensino Superior (2011/12)
Norte	95.112	161.040	100.382	176.753	162.969	123.726
Alto Trás-os-Montes	4.101	6.741	4.339	9.122	8.136	7.102
Bragança	858	1.242	792	1.825	2.037	5.437
Mirandela	540	858	662	1.115	1.062	971

Fonte: PORDATA (acedido em 13/04/2013, disponível em www.pordata.pt).

Como se pode observar na tabela 3, a cidade de Bragança tem 76,6% de todos os alunos que frequentam o ensino superior no Alto Trás-os-Montes. E, se forem considerados os alunos de Bragança e Mirandela, estes correspondem a 90,2% dos alunos que frequentam o ensino superior no Alto Trás-os-Montes. Apesar dos dados obtido se referirem a anos letivos diferentes, caso se considerassem todos os níveis educacionais da tabela 3, do 1º ciclo ao ensino superior, a cidade de Bragança concentra 44,6% da sua população estudantil no ensino superior, enquanto na cidade de Mirandela este valor decresce para 18,6%.

Assim, pode concluir-se, desta breve panorâmica, que o IPB se localiza numa região desfavorecida no todo nacional e que a sua influência no contexto educacional da região é significativa.

1.3 Material e métodos

Nesta secção descrevem-se os pressupostos e os métodos utilizados na recolha e tratamento dos dados provenientes do questionário a que se submeteram os docentes, funcionários e alunos do Instituto Politécnico de Bragança.

Para realizar o estudo foi necessário proceder a uma recolha de dados através de um inquérito por questionário. Os questionários desenvolvidos foram baseados nos trabalhos de Buchanan et al. (1994), Caffrey & Isaacs (1971), Martins, Mauritti & Costa (2005), e Seybert (2003) e nos questionários aplicados anteriormente em 2007 (Fernandes, 2009 e 2008).

No caso dos docentes e funcionários o questionário continha três secções⁴: *caracterização profissional, caracterização pessoal e familiar e condições de vida*.

No caso dos alunos eram cinco as secções que compunham o questionário⁵: *caracterização pessoal, percurso escolar, situação escolar atual, condições de vida e caracterização familiar*.

As amostras dos docentes, funcionários e alunos, foram selecionadas com base nos registos existentes nos serviços do IPB, que em 31/12/2011 indicavam 449 docentes, 214 funcionários e 6.754 alunos dos registos do IPB. As três amostras compreendiam 80 docentes, 60 funcionários e 420 alunos dos vários ciclos de estudos (300 de cursos de

⁴ Anexos 1 e 2.

⁵ Anexo 3.

licenciatura, 100 de cursos de mestrado ou pós-graduação e 20 de cursos de especialização tecnológica).

O questionário foi disponibilizado em formato digital em Maio de 2012, através de uma mensagem do presidente enviada para o correio eletrónico de cada um dos elementos das amostras, contendo a respetiva hiperligação. Posteriormente foram enviadas várias mensagens de incentivo ao preenchimento do questionário. Obtiveram-se 48 respostas dos docentes (60,0% da amostra), 24 respostas dos funcionários (40,0% da amostra) e 124 respostas dos alunos (29,5% da amostra), tendo sido consideradas apenas as respostas completas.

Os dados dos questionários recolhidos foram inseridos no programa IBM SPSS 21.0 – e foram tratados neste *software* estatístico, recorrendo-se à estatística descritiva e aos testes paramétricos disponíveis. Desses dados foi possível obter a caracterização socioeconómica dos docentes, funcionários e alunos.

1.4 Estrutura do estudo

O presente estudo encontra-se dividido nos seguintes capítulos:

No presente capítulo - capítulo 1 - é apresentado o estudo realizado sobre o Instituto Politécnico de Bragança, caracterizando o instituto e as regiões em análise. Descrevem-se também os materiais e métodos utilizados.

No capítulo 2, com base na amostra obtida, é feita a descrição dos funcionários docentes, dos funcionários não docentes e dos alunos do IPB.

O capítulo 3 apresenta de forma detalhada o modelo utilizado, a sua aplicação e os resultados obtidos.

No capítulo 4 pretende-se comparar os resultados obtidos em 2007 com os resultados obtidos em 2012, quer em termos de caracterização dos indivíduos do IPB quer em termos de padrões de gastos e impactos diretos.

Finalmente, o capítulo 6, contém as conclusões e considerações finais.

2 – CARACTERIZAÇÃO DOS INDIVÍDUOS DO IPB

Neste capítulo apresenta-se a análise aos indivíduos relacionados como IPB: os funcionários docentes, os funcionários não docentes e os alunos.

Na análise aos docentes e aos funcionários do Instituto Politécnico de Bragança consideraram-se os 449 docentes e os 214 funcionários que constavam da listagem oficial dos serviços de pessoal.

Na análise aos alunos consideraram-se os 6.754 alunos que se encontravam inscritos a frequentar os diferentes ciclos dos cursos ministrados no IPB, a 31/12/2011.

2.1 Os funcionários docentes

Inicialmente foi feita a comparação entre a população (os 449 docentes considerados) e a amostra recolhida, nas seguintes variáveis: sexo, idade, categoria profissional, local de trabalho e tempo de serviço. Esta comparação determina quão bem a amostra recolhida descreve a população em estudo. Posteriormente é apresentada a caracterização socioeconómica dos 48 docentes que responderam ao questionário.

Da análise da amostra recolhida verifica-se que ela pode ser considerada representativa da população, havendo um bom ajuste nas características “sexo”, “idade”, “habilitação académica”, “categoria profissional”, “anos de serviço” e “local de trabalho”.

Os docentes inquiridos são maioritariamente do sexo feminino (54,2%), têm uma idade média de 41,3⁶ anos (mediana 41,5 anos) e trabalham em média há 10,6 anos para o IPB. Em termos de habilitação académica, a maioria (54,2%) possui o grau de doutor o que salienta uma das características mais importantes do IPB, que é a preocupação com a qualificação do seu corpo docente.

A maioria dos docentes que respondeu ao inquérito pertence à categoria de professor-adjunto (47,9%), seguido dos assistentes convidados ou equiparados (37,5%). Estes docentes

⁶ A população apresenta uma média de 42,4 anos.

encontram-se em diferentes situações de vínculo profissional sendo que 52,1% (25 docentes) referiram estar com contrato a termo certo enquanto 47,9% se encontravam com contrato a tempo indeterminado.

Ainda para caracterizar a amostra, observou-se que 79,2% dos docentes estão quatro ou cinco dias no seu local de trabalho, sendo que 50,0% estão a semana completa (5 dias). Em média, os docentes estão 4,2 dias no seu local de trabalho. Em relação ao seu local de trabalho, a maioria dos docentes (87,5%) avalia-o como tendo condições no mínimo aceitáveis. Só 12,5% consideraram que as condições em que trabalhavam eram más, destes seis docentes cinco pertencem à escola localizada em Mirandela (EsACT). Esta situação já foi referida em anteriores relatórios e deve-se às características das atuais instalações provisórias da referida escola, estando previsto que sejam, eventualmente, substituídas por novas instalações.

Para analisar a influência do IPB na atração e fixação dos docentes e seus agregados à região, foi necessário primeiro identificar os docentes que de facto se mudaram para o concelho em análise e, posteriormente, quais as consequências familiares dessa mudança. Isto é, se o agregado mudou também e quantas pessoas constituem esse agregado, podendo assim caracterizar-se os gastos e o comportamento.

Na tabela seguinte (tabela 4) descrevem-se os concelhos de residência antes e após iniciar o contrato de trabalho com o IPB. Para facilitar a análise agruparam-se as respostas em quatro grupos: Bragança, Mirandela, Norte e Outras regiões.

Tabela 4 – Distribuição da amostra de docentes por concelho de residência antes e após ser docentes do IPB

Concelho de residência	Antes de trabalhar no IPB		Atualmente	
	Frequência	%	Frequência	%
Bragança	20	41,7	32	66,7
Mirandela	3	6,3	3	6,3
Norte	17	35,4	10	20,8
Outras regiões	8	16,7	3	6,3
Total	48	100,0	48	100,0

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

Da análise da tabela 4, observa-se que antes de trabalharem para o IPB apenas 48,0% dos docentes residia nos concelhos de Bragança e Mirandela, onde existem as escolas do IPB.

Atualmente, 73,0% dos docentes reside nesses dois concelhos podendo-se atribuir esta mudança de residência a um efeito atractor do IPB. Quando questionados sobre a razão de terem mudado de residência, 31,3% dos docentes afirma que mudou de residência para trabalhar no IPB.

A maioria é casada (58,3%), estando em união de facto 10,4% e divorciados 10,4%. Os docentes solteiros são 20,8%, não se registando na amostra indivíduos com o estado civil de viúvos. Importa realçar que a grande maioria (83,3%) dos docentes do IPB reside com o agregado familiar.

A composição do agregado familiar registou uma distribuição entre os agregados com 2, 3 e 4 pessoas de 25,5%, 23,4% e 25,5%, respetivamente. Os agregados unifamiliares compreendem 21,3% e os agregados com 5 pessoas são os menos representados com 4,3%. 56,3% dos docentes respondeu que tinha filhos, tendo no mínimo um e no máximo três filhos. Os docentes têm na maioria dos casos (66,7%) dois filhos, 29,6% tem um filho e apenas 3,7% tem três filhos. Não se registou nenhuma resposta com mais de três filhos.

Os 27 docentes que têm filhos apresentam um total de 47 filhos, mas o número médio de filhos por docente mulher com idade até 49 anos é igual a 0,5 filhos. Este valor pode ser comparado ao índice sintético de fertilidade (ISF) que representa o número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (15-49 anos). O valor obtido é consideravelmente inferior ao ISF nacional que em 2011 era 1,37. Os ISF da região Norte e da região Alto Trás-os-Montes para o ano de 2010 são respetivamente, 1,2 e 0,9 filhos⁷ (INE, acedido em 09/02/2013).

A idade média do filho mais novo é 12,2 anos e os percentis 25, 50, e 75 encontram-se, respetivamente, nos 5, 11 e 18 anos.

Dos 47 filhos indicados pelos docentes, a informação recolhida referente a 39 crianças refere que 29 (74,4%) frequentam o ensino público e 10 (25,6%) frequentam o ensino privado. Os docentes matricularam os filhos no ensino público e privado segundo os seguintes ciclos de ensino no ensino público e privado.

⁷ Considerou-se que era mais adequado comparar com os valores de 2011 pelo facto de o inquérito ter sido respondido no 1º semestre de 2012.

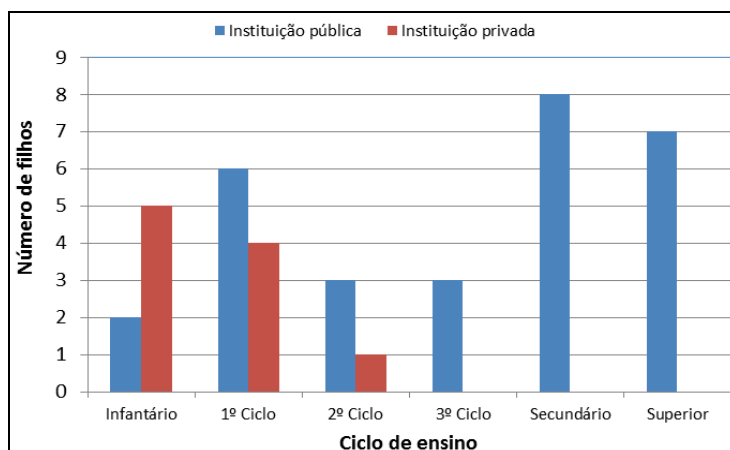


Figura 4 – Número de filhos dos docentes da amostra que frequentam o ensino público x privado
 Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

Na figura 4 apresenta-se a distribuição do número de filhos dos docentes por cada nível de ensino, sugerindo que há uma maior preferência por instituições privadas ao nível de infantário, o que poderá estar relacionado com a oferta da região. A partir do 1º ciclo há mais filhos a frequentar instituições de ensino públicas que privadas.

As condições de vida dos docentes foram caracterizadas nos seguintes aspetos: rendimento médio mensal, tipo de alojamento, gastos médios mensais, e poupança média mensal.

Em relação ao rendimento médio do agregado familiar dos docentes inquiridos, este foi classificado em nove categorias, cujos valores variam em intervalos de dois salários mínimos mensais, que no ano de 2012 correspondia a 485,0 euros⁸ (figura 5).

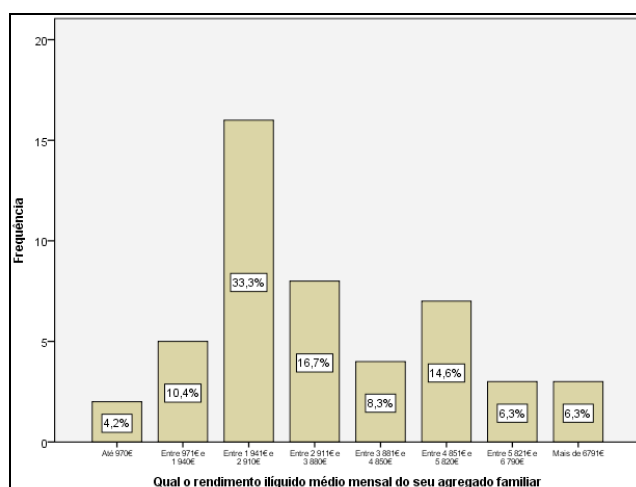


Figura 5 – Rendimento líquido mensal do agregado familiar dos docentes da amostra
 Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

⁸ www.pordata.pt acedido em 09/02/2013.

Na figura 5 observa-se que o agregado familiar de 64,6% dos docentes auferem no máximo 3.880 euros líquidos mensais e 12,6% dos docentes pertence a um agregado que tem um rendimento líquido superior a 5.820 euros mensais (sendo que destes só 6,3% auferem mais de 6.791 euros).

A maioria (64,6%) dos docentes inquiridos reside em habitação própria (casa ou apartamento), havendo ainda 16,7% a pagar arrendamento.

Pretendeu-se caracterizar também os gastos dos docentes e respetivo agregado familiar, nas seguintes categorias: alojamento, educação dos filhos, alimentação, material escolar, bens pessoais, material informático, saúde, lazer, despesas correntes e outras despesas.

As variáveis analisadas sobre os gastos médios mensais, por terem sido de resposta aberta, tiveram de ser recodificadas, passando a apresentar os intervalos de valores. No caso do alojamento codificaram-se as respostas em “até 200 €”, “de 201 a 400 €”, “de 401 e 600 €”, “de 601 a 800 €” e “mais de 800 €”, sendo os intervalos diferentes de forma a adequar-se aos valores da variável em causa.

Nos gastos com o alojamento verifica-se uma maior frequência nas categorias “Até 200€” e “entre 201 e 400€” (27,1% e 33,3%, respetivamente), sendo que na análise dos dados se obteve uma média de 412,7 euros e uma mediana de 350,0 euros.

Como já foi referido, 74,4% dos filhos dos docentes estuda no ensino público enquanto 25,6% estuda no ensino privado. Estes dados poderão justificar o valor médio gasto mensalmente na educação dos filhos, que ascende aos 334,8 euros (mediana 250,0), quando se consideram só os 27 docentes que responderam afirmativamente à questão “tem filhos”.

O agregado familiar dos docentes apresenta um gasto médio mensal com a alimentação de 482,1 euros. É importante verificar o comportamento em termos de local onde fazem as refeições. Os locais que os docentes mais utilizam para fazer as refeições são a própria casa e a cantina do IPB. A grande maioria (87,5%) toma o pequeno-almoço na própria casa ou traz de casa e 95,8% janta também em casa. Apenas ao almoço se verifica que 29,2% faz essa refeição na cantina do IPB, mas 50,0% vai a casa almoçar.

Os estabelecimentos comerciais são procurados ao almoço por 16,7%, no entanto, ao pequeno-almoço e jantar esta percentagem torna-se pouco significativa (2,1%). Estes valores sugerem que os docentes, quando possível, preferem fazer as refeições em casa.

A distribuição de gastos com os bens pessoais mostrou que a maioria dos agregados familiares dos docentes inquiridos gasta mensalmente menos de 101 euros em bens pessoais.

Nos gastos com material informático vê-se que 66,7% dos inquiridos gasta até 50 euros e quase 40% gasta até 25 euros, o que sugere ser o gasto numa assinatura mensal de acesso à Internet.

Os gastos mensais dos docentes com as despesas de saúde em 62,5% dos casos era inferior a 75 euros, enquanto os restantes gastam mais de 75 euros por mês. Os gastos mensais em lazer eram mais baixos do que os gastos em saúde.

Relativamente às despesas correntes 75% dos docentes gasta até 200 euros nas despesas mensais de luz, água, gás, etc., mas 35,4% gasta até 100 euros.

A última categoria considerada foi “*outras despesas*”. Nesta categoria, dos 19 inquiridos que responderam 6 indicaram que não tinham outros gastos, 4 indicaram gasolina e foram retirados da amostra para não haver dupla contabilização deste gasto e os restantes identificaram gastos com prestações bancárias (1), salário das empregadas domésticas (1), lares (2), gastos com a própria educação (2) e gastos com viagens e lazer (3).

Um outro gasto potencialmente relevante é relativo aos meios de transporte. Dos 48 docentes inquiridos, 47 possuem meio de transporte próprio. Destes, 47 possuem automóveis (42,6% possui um automóvel e 53,2% possui dois automóveis), 4 possuem motos e 2 bicicletas.

O gasto devido aos transportes foi dividido em duas categorias: os gastos com os transportes próprios (onde se incluía, entre outros, a gasolina, a manutenção, as reparações, e o seguro) e os gastos noutros transportes (onde se incluía, entre outros, autocarro, táxi, ou passagem aérea).

A média dos gastos mensais com transporte dos docentes atinge os 213,0 euros (mediana 188,0 euros), observando-se que:

- os 47 docentes (97,9%) que possuem transporte próprio, gastam mensalmente 197,5 euros com o transporte próprio e 17,1 euros com outros transportes, obtendo-se o valor médio de 214,6 euros.

- os docentes que não possuem transporte próprio (2,1%), têm gastos com outros transportes no montante de 138,0 euros por mês (1 docentes).

Na tabela seguinte apresenta-se um resumo dos gastos médios mensais do agregado familiar dos inquiridos nas várias categorias anteriormente descritas. Nestes gastos estão incluídas todas as respostas válidas obtidas nas várias categorias, mesmo as que indicaram valor zero, apesar de se considerar como gasto mínimo o valor indicado superior a zero.

Tabela 5 – Resumo dos gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra (em euros)

	Alojamento	Alimentação	Outras despesas	Educação filhos ^(a)	Transportes
N	48	48	25	27	48
Média	412,7	482,1	97,8	334,8	213,0
Mediana	350,0	400,0	,00	250,0	188,0
Desvio padrão	328,7	322,6	173,8	329,4	115,0
Mínimo ^(b)	50,0	100,0	45,0	60,0	25,0
Máximo	1500,0	1700,0	800,0	1700,0	662,5
Percentil 25	200,0	262,5	0,0	150,0	138,0
Percentil 75	587,0	600,0	137,5	400,0	250,5

	Bens Pessoais	Despesas Correntes	Material escolar	Saúde	Lazer	Material informático
N	48	148	48	48	48	48
Média	155,6	195,1	75,0	69,6	58,6	50,8
Mediana	100,0	150,0	50,0	50,0	50,0	40,0
Desvio padrão	138,6	173,5	100,8	64,2	61,7	53,0
Mínimo ^(b)	30,0	20,0	10,0	10,0	10,0	10,0
Máximo	500,0	1000,0	500,0	300,0	350,0	200,0
Percentil 25	50,0	100,0	0,0	32,5	10,0	10,0
Percentil 75	200,0	237,5	100,0	100,0	100,0	72,5

(a) Nesta categoria só foram considerados os inquiridos que na pergunta “tem filhos?” responderam *sim*.

(b) Apenas para análise, foi considerado como mínimo o menor valor diferente de zero.

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

Da análise da tabela 5 verifica-se que a maior parte dos gastos mensais é com o alojamento e com a alimentação.

Somando todas as opções de gastos mensais criou-se uma nova variável chamada *Gastos_totais*, cujo valor apresentado corresponde à soma de todos os valores das variáveis anteriores (exceto transportes⁹). O resultado é a figura 6.

⁹ A categoria “transportes” foi calculada com base em intervalos, ao contrário das outras categorias onde os inquiridos indicaram um valor exato, o que impediu a sua inclusão na variável *Gastos_totais*.

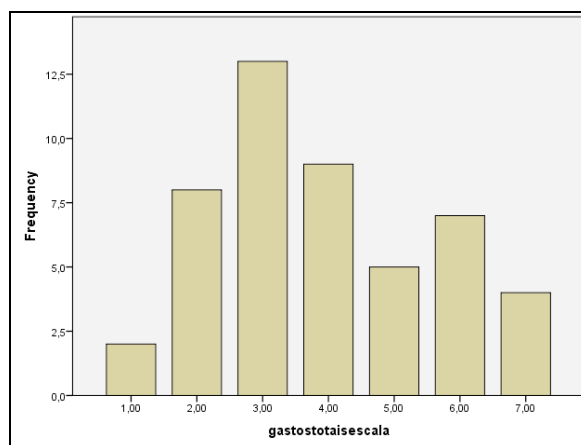


Figura 6 – Gastos médios mensais totais do agregado familiar dos docentes da amostra
 Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

Em termos médios mensais totais, dos inquiridos que apresentaram valores nas diferentes rubricas, o agregado familiar de cada inquirido gasta em média 1.816,1 euros. Especificamente, se tiverem filhos (56,3%) 2.150,2 euros por mês (mediana 1.825,00 euros), e se não tiverem filhos (43,7%) 1.386,7 por mês (mediana 1.100,0 euros). Nestes valores não está incluída a despesa mensal com os transportes (213,0 euros). Incluindo os transportes, os docentes gastam em média 2.029,1 euros.

Na tabela 6 especifica-se o gasto médio mensal total do agregado familiar dos docentes, em função do número de filhos.

Tabela 6 – Gasto médio mensal total do agregado familiar, por número de filhos

	Número de filhos			
	0	1	2	3
N	21	8	18	1
Total dos docentes (%)	43,8%	16,7%	37,5%	2,1%
Gasto médio mensal (em euros)	1.386,7	2.515,0	2.017,5	1.620,0
Gasto médio mensal com transportes (em euros)	211,7	253,6	204,8	138,0
Gasto Médio Mensal Total (em euros)	1.598,4	2.768,6	2.222,3	1.758,0

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

Da análise à tabela 6 verifica-se que há um aumento em 73% nas despesas quando se consideram os docentes que têm 1 filho, relativamente aos que não têm filhos. Quando se

analisa a situação de 2 filhos, comparativamente a 1 filho, verifica-se que há uma redução de 20% nas despesas mensais e também as famílias com 3 filhos apresentam uma diminuição de 21% nos gastos médios mensais, o que sugere a existência de economias de escala.

Em resumo, verifica-se que os gastos dos docentes estão repartidos nas seguintes proporções, em função do número de filhos (tabela 7).

Tabela 7 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra, por número de filhos

Número de filhos	Alimentação	Alojamento	Transporte	Despesas correntes	Educação filhos	Bens Pessoais
0 filhos (43,8%)	382,9	312,4	211,7	153,6	--	148,6
1 filho (16,7%)	756,3	481,3	253,6	225,0	366,3	168,8
2 filhos (37,5%)	463,9	500,0	204,8	234,4	322,8	166,7
3 filhos (2,1%)	700,0	400,0	138,0	120,0	300,0	0,0
Média	482,7 €	413,1 €	214,8 €	195,3 €	188,5 €	155,8 €
% do total gasto	24,1%	20,6%	10,7%	9,8%	9,4%	7,8%
%[min-max] filhos	[20,9-39,8]	[17,4-22,8]	[7,8-13,8]	[6,8-10,5]	[13,2-17,1]	[0,0-9,7]

Número de filhos	Outras despesas	Material escolar	Saúde	Lazer	Material informático	Total (sem transportes)	Total (com transportes)
0 filhos (43,8%)	71,4	64,8	59,5	69,5	54,5	1317,2	1.528,9
1 filho (16,7%)	212,5	133,8	59,4	65,6	46,3	2515,3	2.768,9
2 filhos (37,5%)	83,1	62,2	86,9	46,1	51,4	2017,5	2.222,3
3 filhos (2,1%)	0,0	50,0	50,0	0,0	0,0	1620,0	1.758,0
Média	97,9 €	75,1 €	69,6 €	58,7 €	50,9 €	1.787,6	2.002,3
% do total gasto	4,9%	3,8%	3,5%	2,9%	2,5%	--	100,0%
%[min-max] filhos	[0,0-7,7]	[2,8-4,8]	[2,1-3,9]	[0,0-4,5]	[0,0-3,6]		

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

A tabela 7 apresenta os totais médios mensais por agregado familiar. Apesar de terem uma variação relativamente aos que são obtidos na tabela 5, potencialmente são mais exatos por haver um melhor ajuste na ponderação dos valores em função do número de filhos existentes em cada agregado familiar.

As despesas principais que mais contribuem para o gasto mensal do agregado familiar dos docentes são, por ordem decrescente de importância, com a alimentação, o alojamento, os transportes, despesas correntes, a educação dos filhos e os bens pessoais. As três principais categorias de gastos (alojamento, alimentação e transportes) concentram 55,4% dos gastos mensais dos agregados e, se se considerar a categoria habitação na forma apresentada pelo INE (alojamento e despesas correntes), este valor sobe para 65,2%.

Com o objetivo de fazer uma comparação com o *“Inquérito às despesas das famílias*

2010/2011”, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2012), estimaram-se os gastos anuais para os agregados familiares dos docentes (tabela 8).

Tabela 8 – Quadro comparativo da despesa total anual média do agregado familiar dos docentes e das famílias portuguesas

Categoria dos gastos	Amostra (em euros)	Amostra (em %)	Portugal (em %)	Norte (em %)
Alojamento e despesas correntes ¹⁰	7.300,8	30,4%	29,2	26,5
Ensino ¹¹	3.163,2	13,2%	2,1	2,1
Alimentação	5.792,4	24,1%	13,3	14,5
Bebidas alcoólicas	--	--	1,9	1,9
Vestuário e calçado	--	--	3,7	4,1
Móveis, artigos decoração	--	--	4,2	4,3
Bens pessoais ¹²	1.869,6	7,8%	6,3	6,1
Saúde	835,2	3,5%	5,8	6,4
Lazer ¹³	1.315,2	5,5%	5,3	5,1
Transportes	2.577,6	10,7%	14,5	15,2
Comunicações	--	--	3,3	3,0
Outras despesas	1.174,8	4,9%	--	--
Hotéis, restaurantes, cafés e similares	--	--	10,4	10,7
Despesa média anual por agregado	24.027,6 €	100%	100% (20.391 €)	100% (20.671 €)
Despesa média mensal por agregado	2.002,3 €	--	1.699,3 €	1.722,6 €

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes e INE (2012b).

A tabela 8 permite comparar os gastos médios do agregado familiar dos docentes do IPB com os gastos médios das famílias portuguesas e da classificação NUTS II – Norte. Assim é possível concluir que os docentes apresentam um gasto anual 16,2% superior à média da região NUT II Norte e 17,8% superior à média nacional.

As principais diferenças verificam-se ao nível do ensino onde há uma grande disparidade entre a percentagem gasta nesta categoria, sendo seis vezes superior nos docentes do IPB comparativamente ao valor gasto pelas famílias do norte e de Portugal e a nível da alimentação que é cerca de 70% superior.

¹⁰ Os valores *per capita* das categorias alojamento e despesas correntes foram, respetivamente, 413,1 e 195,3 euros. O valor indicado é a soma de ambas as categorias devido ao referido estudo apresentar estes dois valores reunidos numa só categoria “Habitação; despesas com água, eletricidade, gás e outros combustíveis”.

¹¹ Os valores apresentados são a soma das categorias *educação dos filhos* e *material escolar* (188,5 e 75,1 euros, respetivamente), dado que no estudo do INE só aparece a categoria *ensino*.

¹² Esta categoria é identificada no estudo como “*outros bens e serviços*” e os montantes que se apresentam são os que o INE identificou nessa categoria.

¹³ Nesta categoria foi adicionada a despesa com informática, dado que no estudo do INE estão reunidas numa só categoria “*lazer, distração e cultura*”.

Para se determinar que parte do valor apurado é gasto na região de Bragança e de Mirandela analisou-se a distribuição dos docentes por local de trabalho e número de dias de trabalho.

Em média, um docente de Bragança está 4,34 dias no local de trabalho, enquanto um docente de Mirandela está 3,43 dias. De uma forma geral, como foi referido antes, um docente do IPB permanece 4,2 dias por semana no local de trabalho.

Foi necessário ainda analisar as visitas que os docentes do IPB recebem e o respetivo montante que as mesmas gastam na região. O fluxo monetário que se pretende analisar é aquele que se deve exclusivamente ao facto dos docentes visitados trabalharem no IPB.

Desta forma, foram seleccionadas apenas as visitas aos docentes que mudaram de região para trabalhar no IPB. Considerou-se que os docentes que não mudaram de região receberiam essas visitas independentemente de trabalharem ou não no IPB e, por isso, este valor não pode ser relacionado com a existência do IPB na região.

Da análise às visitas recebidas pode-se considerar que os docentes do IPB que mudaram de residência recebem em média 5,9 visitas por ano, cada visita permanece em média 1,9 dias e gasta diariamente 65,3 euros. Portanto, cada docente introduz anualmente na região, na forma dos gastos das suas visitas, 728,3 euros.

Para além dos gastos efetuados pelos docentes na região, também a “movimentação bancária” é importante para compreender o desenvolvimento da região, pois é através delas que se consegue determinar o montante poupado e o montante investido pelos docentes na região.

Foi, por isso, analisado se o salário e a poupança mensal (quando existe) eram depositados numa agência bancária do concelho onde trabalham. Verificou-se que 68,8% dos docentes recebem o salário através de uma conta numa agência bancária do concelho onde trabalha e que 70,8% têm uma poupança numa conta de uma agência bancária desse mesmo concelho, poupando mensalmente, em média, 336,7 euros.

Examinou-se, também, para além da domiciliação do ordenado e da aplicação da poupança mensal, a existência de empréstimo nos bancos dos concelhos de ação do IPB, especificamente através do montante inicial obtido e o destino dos mesmos.

Dos docentes inquiridos, 54,2% tem um empréstimo numa agência bancária do concelho onde trabalham e a maioria dos inquiridos (76,9%) que solicitou um empréstimo requereu

um montante superior a 50.000 euros, havendo 57,7% a solicitar um empréstimo superior a 75.000 euros.

O destino principal desses empréstimos é, em 46,3% dos casos, para habitação própria permanente, com valor médio de 121.098,0 €, ou para aquisição de automóvel (42,6%), no montante médio de 28.115,0 €. Em ambos os casos, este investimento foi feito no concelho onde trabalham.

Em termos médios mensais totais, o agregado familiar de cada inquirido auferem um rendimento líquido médio mensal de 3.536,9 € e gasta em média 2.029,1 €.

2.2 Os funcionários não docentes

Na análise aos funcionários não docentes, tal como no caso dos funcionários docentes, fez-se inicialmente uma comparação entre a população de funcionários (os 214 considerados) e a amostra recolhida, nas seguintes variáveis: sexo, idade, categoria profissional, local de trabalho e tempo de serviço. Posteriormente é apresentada a caracterização socioeconómica dos 24 funcionários que responderam ao questionário.

Da análise da amostra recolhida verifica-se que ela é bem ajustada à população em quase todas as categorias em estudo, exceto nas categorias “anos de serviço” e “grau académico”.

Em conclusão, pode-se considerar que a amostra recolhida representa adequadamente a população em estudo, pelo que os resultados obtidos nesta amostra podem ser extrapolados para a população.

Os funcionários da amostra são maioritariamente do sexo feminino (54,2%), têm uma idade média de 42,0¹⁴ anos (mediana 38,5) e trabalham em média há 14,4 anos para o IPB.

A maioria dos funcionários inquiridos (87,5%) possui o ensino secundário completo, sendo de salientar que 54,1% dos funcionários possui no mínimo o grau de licenciado.

Os funcionários exercem as suas funções nas cinco escolas e também nos serviços centrais e a quase totalidade dos funcionários considera as suas condições de trabalho no mínimo

¹⁴ A população tem uma idade média de 46,9 anos.

aceitáveis, havendo 83% que as consideram satisfatórias ou muito satisfatórias.

Na tabela seguinte descrevem-se os concelhos de residência antes e após iniciar o contrato de trabalho com o IPB. Para facilitar a análise agruparam-se as respostas em 4 grupos: Bragança, Mirandela, Norte e Outras regiões.

Tabela 9 – Distribuição da amostra de funcionários por concelho de residência antes/após ser docentes do IPB

Concelho de residência	Antes de trabalhar no IPB		Atualmente	
	Frequência	%	Frequência	%
Bragança	15	62,5	24	100,0
Mirandela	0	0,0	0	0,0
Norte	6	25,0	0	0,0
Outras regiões	3	12,5	0	0,0
Total	24	100,0	24	100,0

Fonte: Questionário *on-line* aos funcionários.

Da análise da tabela 9, observa-se que antes de trabalharem para o IPB 62,5% dos funcionários residiam no concelho de Bragança. Atualmente, 100,0% dos funcionários residem em Bragança podendo-se atribuir esta mudança de residência de 37,5% a um efeito atrator do IPB. De facto, verificou-se que 29,2% mudou de residência para trabalhar no IPB e que a grande maioria (87,5%) dos inquiridos reside com o agregado familiar.

Em relação ao estado civil dos funcionários observa-se que a maioria é casada (62,5%), havendo ainda 25,0% de inquiridos solteiros. Os inquiridos divorciados, em união de facto ou viúvos encontram-se na mesma proporção na amostra, 4,2%.

Relativamente ainda ao agregado familiar dos funcionários, este é constituído por uma (13,6%), duas (22,7%), três (40,9%) ou quatro (22,7%) pessoas.

Dos inquiridos, 75,0% afirmaram que têm filhos. O número de filhos dentro do agregado é maioritariamente um filho (66,7%), havendo inquiridos com dois filhos (27,8%) e uma pequena percentagem (5,6%) com três filhos. Os 18 funcionários que têm filhos indicaram um total de 25 crianças, sendo a idade média do filho mais novo igual a 17,9 anos (mediana 22,0 anos).

Na amostra, o número médio de filhos por funcionário mulher em idade fértil é igual a 1,5 filhos e este valor é superior ao índice sintético de fertilidade (ISF) nacional que em 2011 era

1,37¹⁵. Os ISF da região Norte e da região Alto Trás-os-Montes para o ano de 2010 são, respetivamente, 1,2 e 0,9 filhos¹⁶.

Na análise da distribuição dos filhos por sistema de ensino, público ou privado, verificou-se que dos 25 filhos, há 20 (87,0%) que frequentam o ensino público e três (13,0%) que frequentam o ensino privado.

Os funcionários optam, em todos os ciclos de ensino exceto infantil, exclusivamente por instituições de ensino públicas. Tal como no caso dos funcionários docentes, a opção por instituições privadas ao nível do infantil poderá estar relacionada com a oferta na região.

As condições de vida dos funcionários da amostra foram caracterizadas nos seguintes aspetos: rendimento médio mensal, tipo de alojamento, gastos médios, e poupança média mensal.

Foi pedido aos inquiridos que identificassem o rendimento líquido do seu agregado familiar, dentro das oito classes possíveis, conforme se observa na figura 7.

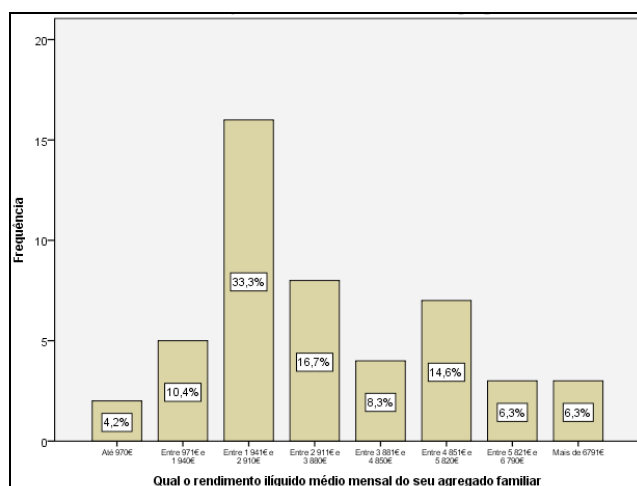


Figura 7 – Rendimento líquido mensal do agregado familiar dos docentes da amostra

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

Nesta figura verifica-se que a maioria (62,5%) dos agregados familiares dos funcionários recebe no máximo 1.940 euros líquidos mensais. Em média, o agregado familiar dos inquiridos aufer 1.819,3 euros líquidos mensalmente.

¹⁵ Considerou-se que era mais adequado comparar com os valores de 2011 pelo facto de o inquérito ter sido respondido no 1º semestre de 2012.

¹⁶ www.ine.pt acedido em 09/02/2013.

O tipo de alojamento dos funcionários é maioritariamente (70,8%) em casa/apartamento próprio, havendo ainda 12,5% que reside em habitação arrendada. Em casa dos pais/familiares só habitam 8,3% dos inquiridos.

Analisa-se em seguida os gastos médios mensais dos agregados familiares dos funcionários relativamente às seguintes categorias: alojamento, educação dos filhos, alimentação, material escolar, saúde, lazer, bens pessoais, material informático, despesas correntes e outros.

As variáveis analisadas sobre os gastos médios mensais, foram de resposta aberta e, por isso, tiveram de ser recodificadas, passando a apresentar intervalos de valores. Por exemplo, no caso da primeira categoria alojamento, foram consideradas as seguintes classes: “até 200 €”, “de 201 a 400 €”, “de 401 a 600 €”, “de 601 a 800 €” e “mais de 800 €”.

A maioria (75,0%) dos funcionários gasta no máximo 400 euros por mês com o alojamento do seu agregado familiar. Em média, os agregados gastam 246,0 euros mensalmente.

Na análise dos gastos médios mensais com a educação dos filhos selecionaram-se os inquiridos que responderam *sim* à questão “*Tem filhos?*”. Tal como já foi referido, 87,0% dos filhos dos funcionários estudam no ensino público e apenas 13,0% estudam no ensino privado. Os gastos mensais por filho são em média 177,8 euros (mediana 75,0 euros).

Nos gastos com alimentação verifica-se que há uma maior frequência de gastos na categoria de “201 a 300 euros” (29,2%) e que quase 80% dos inquiridos gasta no máximo 300 euros mensais.

A análise aos gastos com alimentação pode ser aprofundada com a informação relativa ao local onde os funcionários fazem regularmente as refeições principais, sendo as alternativas consideradas: em casa (ou traz de casa), bar, cantina e estabelecimentos comerciais.

Os locais que os funcionários mais utilizam para fazer as refeições são a própria casa e os serviços do IPB (bar e cantina). A grande maioria (79,2%) toma o pequeno-almoço na própria casa ou traz de casa e 95,8% janta também em casa. Apenas ao almoço se verifica que 29,2% faz essa refeição na cantina do IPB, mas 62,5% vai a casa almoçar. Os estabelecimentos comerciais são os menos procurados, sendo apenas frequentados ao almoço e jantar por 4,1% dos funcionários da amostra. Estes valores sugerem que os funcionários, mantendo a tendência dos docentes, sempre que possível, preferem fazer as refeições em casa.

Dos inquiridos analisados, quase 80% dos agregados familiares dos inquiridos gasta até 25 euros mensais em material escolar.

Com os gastos médios mensais em bens pessoais, entre os quais se incluem roupa, artigos de higiene, ou detergentes, 54,2% dos inquiridos gastam até 50 euros e 75,0% atingem os 100 euros.

Nos gastos com material informático verifica-se que 75,0% gasta no máximo 25 euros.

Uma grande parte (45,8%) dos agregados familiares dos funcionários gasta no máximo 25 euros mensais em despesas de saúde e a quase totalidade (87,5%) gasta no máximo 50 euros.

A maioria (70,8%) dos agregados familiares dos funcionários gasta até 25 euros mensais com atividades de lazer.

Os gastos mensais dos funcionários em despesas correntes, como a eletricidade, a água, o gás, etc. para a quase totalidade dos inquiridos ascendem no máximo a 150 euros.

A última categoria analisada foi “outras despesas”, onde seis funcionários identificaram valores gastos com atividades ou bens não incluídos nas categorias anteriores. No entanto, dos seis inquiridos que identificaram como possuindo outras despesas, apenas cinco identificaram quais eram essas despesas (três indicaram despesas de manutenção com moradia/jardim e os outros dois com deslocações). O valor médio apresentado nesta categoria foi de 22,9 euros.

Um outro gasto potencialmente relevante é relativo aos meios de transporte. Dos 24 funcionários inquiridos, 21 possuem meio de transporte próprio. Destes, 21 pertencem a agregados que possuem automóveis (61,9% possui um, 28,6% possui dois e três e quatro automóveis encontram-se na mesma proporção de 4,8%), quatro possuem motorizadas e um possui mota.

O gasto devido aos transportes foi dividido em duas categorias: os gastos com os transportes próprios (onde se incluía, entre outros, a gasolina, a manutenção, as reparações, e o seguro) e os gastos noutros transportes (onde se incluía, entre outros, autocarro, táxi, ou passagem aérea).

Nos gastos com o próprio transporte, quase 86% dos inquiridos gasta no máximo 200 euros mensalmente e a maioria (85,7%) não tem despesas com outros transportes, para além do transporte próprio.

A média dos gastos mensais com transporte dos funcionários atinge os 117,1 euros

(mediana 88,0 euros), separadamente observa-se que:

- os 21 funcionários (87,5%) que possuem transporte próprio, gastam mensalmente 128,5 euros com o transporte próprio e 5,4 euros com outros transportes, obtendo-se o valor médio de 133,8 euros.
- os funcionários que não possuem transporte próprio (12,5%) indicam zero euros de gastos com outros transportes (três funcionários).

Na tabela 10 apresenta-se um resumo dos gastos médios mensais do agregado familiar dos inquiridos nas várias categorias anteriormente descritas. Nestes gastos estão incluídos todas as respostas válidas obtidas nas várias categorias, mesmo as que indicaram valor zero, apesar de se considerar como gasto mínimo o valor indicado superior a zero.

Tabela 10 – Resumo dos gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra (em euros)

	Alimentação	Alojamento	Educação filhos ^(c)	Transportes	Despesas correntes
N	24	24	18	24	24
Média	260,4	246,0	177,8	117,1	95,6
Mediana	250,0	255,0	75,0	88,0	100,0
Desvio padrão	175,7	207,7	249,2	76,5	73,9
Mínimo ^(d)	200,0	150,0	50,0	0,0	45,0
Máximo	600,0	650,0	900,0	250,5	250,0
Percentil 25	200,0	0,0	0,0	69,3	11,3
Percentil 75	400,0	415,0	200,0	175,5	150,0

	Bens pessoais	Saúde	Lazer	Outras despesas	Material escolar	Material informático
N	24	24	24	24	24	24
Média	77,3	37,3	24,6	22,9	18,8	13,3
Mediana	50,0	37,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Desvio padrão	83,8	46,5	48,2	46,7	46,2	20,0
Mínimo (d)	50,0	10,0	20,0	40,0	50,0	10,0
Máximo	300,0	200,0	200,0	150,0	200,0	55,0
Percentil 25	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Percentil 75	122,5	50,0	37,5	30,0	0,0	28,8

(c) Nesta categoria só foram considerados os inquiridos que na pergunta “tem filhos?” responderam *sim*.

(d) Apenas para análise, foi indicado o menor valor diferente de zero.

Fonte: Questionário *on-line* aos funcionários.

A tabela 10 mostra que os funcionários gastam a maior parte do seu rendimento em alimentação e alojamento, sendo a educação dos filhos a categoria seguinte mais representativa.

Considerando uma única variável designada *Gastos_totais*, como a soma de todos os gastos mensais das diferentes rubricas, obtém-se o seguinte valor total médio mensal (figura 8).

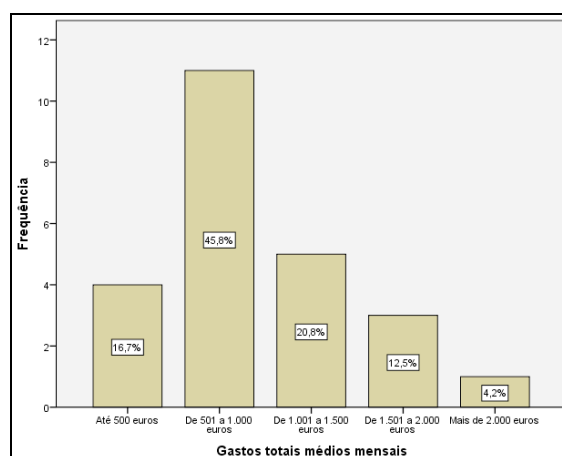


Figura 8 – Gastos médios mensais totais do agregado familiar dos funcionários

Fonte: Questionário on-line aos funcionários.

Em termos médios mensais totais, dos inquiridos que apresentaram valores nas diferentes rubricas, o agregado familiar de cada inquirido gasta em média 929,6 euros (mediana 917,5 euros). Especificamente, se tiverem filhos (75,0%) 989,2 euros por mês (mediana 987,5 euros), e se não tiverem filhos (25,0%) 750,8 por mês (mediana 720,0 euros). Nestes valores não está incluída a despesa mensal com os transportes (117,1 euros). **Incluindo os transportes, os funcionários gastam em média 1.046,7 euros por mês.**

Na tabela 11 especifica-se o gasto médio mensal total do agregado familiar dos funcionários, em função do número de filhos.

Tabela 11 – Gasto médio mensal total do agregado familiar, por número de filhos

	Número de filhos			
	0	1	2	3
N	6	12	5	1
Total dos funcionários (%)	25,0%	50,0%	20,8%	4,2%
Gasto médio mensal (em euros)	750,8	920,8	990,0	1.805,0
Gasto médio mensal com transportes (em euros)	129,7	157,4 ^(e)	88,0	175,5
Gasto Médio Mensal Total (em euros)	880,5	1.078,2	1078,0	1.980,5

(e) Apenas nove indicaram gastos com transporte

Fonte: Questionário aos funcionários.

Da análise à tabela 11 verifica-se que há um aumento em 22,5% nas despesas quando se consideram os docentes que têm um filho, relativamente aos que não têm filhos.

Quando se analisa a situação de dois filhos, comparativamente a um filho, verifica-se que há uma redução de 2,0% nas despesas mensais. No entanto, as famílias com três filhos apresentam um aumento de quase 84% quando comparados os gastos com as famílias com dois filhos.

Na tabela seguinte, faz-se um resumo dos gastos dos funcionários, em função do número de filhos (tabela 12).

Tabela 12 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra, por número de filhos

Número de filhos	Alimentação	Alojamento	Transporte	Educação filhos	Despesas Correntes	Outras despesas
0 filhos (25,0%)	225,0	225,0	129,7	--	88,3	317
1 filho (50,0%)	245,8	292,1	157,4	150,0	88,7	20,8
2 filhos (20,8%)	270,0	150,0	88,0	200,0	90,0	22,0
3 filhos (4,2%)	600,0	300,0	175,5	400,0	250,0	0,0
Média	260,5	246,1	136,8	133,4	95,6	94,2
% gastos mensais	22,9%	21,6%	12,0%	11,7%	8,4%	8,3%
%[min-max] filhos	[19,3-30,3]	[13,9-27,1]	[8,2-14,6]	[13,9-20,2]	[7,6-12,6]	[0,0-27,2]

Número de filhos	Bens pessoais	Saúde	Lazer	Material escolar	Material informático	Total médio (Sem transp.)	Total médio (Com transp.)
0 filhos (25,0%)	91,7	36,7	43,3	0,0	9,2	1.165,9	1.165,9
1 filho (50,0%)	67,1	27,9	6,7	16,7	5,0	928,2	1.078,2
2 filhos (20,8%)	90,0	58,0	40,0	40,0	30,0	878	1.078,0
3 filhos (4,2%)	50,0	50,0	50,0	50,0	55,0	1.580,5	1.980,5
Média	77,3	37,3	24,6	18,8	13,4	1.004,6	1.138,0
% gastos mensais	6,8%	3,3%	2,2%	1,6%	1,2%	--	100%
%[min-max] filhos	[2,5-8,3]	[2,5-5,4]	[0,6-3,7]	[0,0-3,7]	[0,5-2,8]		

Fonte: Questionário *on-line* aos funcionários.

A tabela 12 exibe os totais médios mensais dos gastos dos agregados familiares, por número de filhos. Existem algumas variações relativamente aos valores obtidos na tabela 10, mas considerando que nesta tabela houve uma ponderação dos valores em função do número de filhos existentes em cada agregado familiar, estes valores deverão ser mais exatos.

As três principais categorias de despesas do agregado familiar dos funcionários são com alojamento, alimentação e transportes, por ordem decrescente de importância, que

concentram 56,5% dos gastos mensais dos agregados (se se considerar a categoria habitação na forma apresentada pelo INE - alojamento e despesas correntes - este valor sobe para 64,9%).

Os gastos médios mensais foram estimados anualmente para os agregados familiares dos funcionários e comparados com o “*Inquérito às despesas das famílias 2010/2011*”, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2012b), (tabela 13).

Tabela 13 – Quadro comparativo da despesa total anual média do agregado familiar dos funcionários e das famílias portuguesas

Categoria dos gastos	Amostra (em euros)	Amostra (em %)	Portugal (em %)	Norte (em %)
Alojamento e despesas correntes ¹⁷	4.100,4	30,0%	29,2	26,5
Ensino ^{18 (v)}	1.826,4	13,4%	2,1	2,1
Alimentação	3.126,0	22,9%	13,3	14,5
Bebidas alcoólicas	--	--	1,9	1,9
Vestuário e calçado	--	--	3,7	4,1
Móveis, artigos decoração	--	--	4,2	4,3
Bens pessoais ¹⁹	927,6	6,8%	6,3	6,1
Saúde	447,6	3,3%	5,8	6,4
Lazer ²⁰	456,0	3,3%	5,3	5,1
Transportes	1.641,6	12,0%	14,5	15,2
Comunicações	--	--	3,3	3,0
Outras despesas	1.130,4	8,3%	--	--
Hotéis, restaurantes, cafés e similares	--	--	10,4	10,7
Despesa média anual por agregado	13.656,0 €	100%	100% (20.391 €)	100% (20.671 €)
Despesa média mensal por agregado	1.138,0 €	--	1.699,3 €	1.722,6 €

Fonte: Questionário aos *on-line* funcionários e INE (2012b).

Através da tabela 13 podem-se comparar os gastos médios dos agregados familiares dos funcionários do IPB e os gastos médios da população portuguesa e da classificação NUTS II – Norte. As famílias dos funcionários gastam, em média, menos 33,9% do que as famílias da região NUT II Norte e menos 33,0% do que as famílias portuguesas.

¹⁷ Os valores *per capita* das categorias alojamento e despesas correntes foram, respetivamente, 246,1 e 95,6 euros. O valor indicado é a soma de ambas as categorias devido ao referido estudo apresentar estes dois valores reunidos numa só categoria “*Habitação; despesas com água, eletricidade, gás e outros combustíveis*”.

¹⁸ Os valores apresentados são a soma das categorias *educação dos filhos* e *material escolar* (133,4 e 18,8 euros, respetivamente), dado que no estudo do INE só aparece a categoria *ensino*.

¹⁹ Esta categoria é identificada no estudo como “*outros bens e serviços*” e os montantes que se apresentam são os que o INE identificou nessa categoria.

²⁰ Nesta categoria foi adicionada a despesa com informática, dado que no estudo do INE estão reunidas numa só categoria “*lazer, distração e cultura*”.

Um outro elemento analisado foi o número de visitas que os funcionários recebem, o tempo de permanência dessas visitas e os respectivos gastos diários, conforme foi calculado para os docentes. Os funcionários do IPB que mudaram de residência recebem em média 7,4 visitas por ano, cada visita permanece em média 0,9 dias e gasta diariamente 44,9 euros. Portanto, cada funcionário introduz anualmente na região, na forma dos gastos das suas visitas, 306,45 euros.

Também foi necessário analisar os movimentos bancários nas regiões em análise, para isso, estudaram-se os depósitos salariais e das poupanças mensais.

Dos inquiridos, 95,8% recebem o seu salário através de uma transferência bancária do IPB, mas apenas 87,5% é que realizam uma poupança, numa conta bancária do concelho onde trabalham.

O montante dessa poupança é, para a maioria dos inquiridos, até 50 euros (41,7%), sendo que 50,0% poupa no máximo 100 euros mensalmente. A poupança média dos funcionários ascende aos 85,5 euros mensais.

Para além da análise ao depósito do salário e da poupança mensal, também a existência de empréstimo nas agências bancárias dos concelhos de ação do IPB é um fator importante para a região. Relativamente aos empréstimos concedidos, verifica-se que, dos inquiridos, 58,3% tem um empréstimo numa agência bancária do concelho onde trabalha.

A aplicação dos empréstimos é feita no concelho onde trabalham para aquisição da habitação própria permanente (66,7%), com valor médio de 69.560,4 euros, e para aquisição de automóvel (33,3%), no montante médio de 11.204,7 euros.

O agregado familiar dos funcionários auferem um rendimento líquido médio mensal de 1.819,3 euros e tem um gasto total médio mensal de 1.046,7 euros.

2.3 Os alunos

Os alunos amostrados são maioritariamente do sexo feminino (60,5%), têm uma idade média de 25,9 anos e frequentam em média há 1,9 anos o IPB. Sublinha-se que o tempo

médio de frequência da população (3,3 anos) é superior ao tempo médio observado na amostra (1,9 anos).

Faz-se de seguida uma comparação entre a população e a amostra recolhida, nas características sexo, idade, escola, ano de matrícula por ciclo de estudos e número de anos a frequentar o IPB.

Os testes de Qui-quadrado realizados revelam que a amostra e a população não são homogéneas, existindo diferenças nas variáveis “idade” e “ciclo de estudos”. No entanto, apesar de existirem essas diferenças nas frequências relativas tal não afeta a representatividade da amostra.

Os alunos da amostra 25,8% estão há 1 ano a estudar no IPB, e que mais de metade dos alunos está no máximo há 2 anos.

Na figura seguinte (fig. 9) surge a distribuição dos alunos por ano oficial de matrícula.

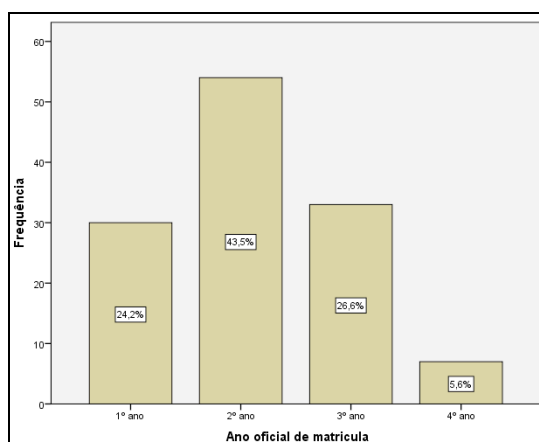


Figura 9 – Distribuição dos alunos da amostra pelo ano oficial de matrícula

Fonte: Questionário on-line aos alunos.

A figura 9 mostra que a maioria dos inquiridos frequenta oficialmente o 2º ano (43,5%), os restantes alunos estão matriculados no 1º ano (24,2%), no 3º ano (26,6%) ou no 4º ano (5,6%). Ressalva-se que os alunos matriculados no 1º e 2 anos podem ser de diferentes ciclos de estudos.

É expectável que o ano oficial de matrícula e o número de anos que os alunos frequentam o IPB não sejam independentes. De facto, os alunos que frequentam os anos mais avançados

estão a frequentar o IPB há mais tempo, o que evidencia a existência de uma taxa de retenção dos alunos ao longo do curso.

A tabela seguinte (tabela 14) permite determinar essa taxa a nível da licenciatura.

Tabela 14 – Associação entre os anos oficiais de matrícula e o total de anos a frequentar o IPB dos alunos da amostra das licenciaturas

		Ano oficial de matrícula				Total
		1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	
Total de anos no IPB	1 ou menos anos	16	2	2	0	20
	2 anos	2	19	3	0	24
	3 anos	2	7	16	1	26
	4 anos	1	2	5	2	10
	5 ou mais anos	1	5	7	3	16
Total		22	35	33	6	96

Fonte: Questionário *on-line* aos alunos.

De acordo com a tabela 14, a taxa de retenção na amostra é no 1º ano de 27,3%, no 2º ano de 42,4%, no 3º ano de 42,9% e no 4º ano de 60,0%. No entanto, a taxa de retenção global é influenciada pelas diferentes áreas de estudo. A tabela 15 apresenta o tempo médio de frequência do IPB nas quatro áreas consideradas, a nível da licenciatura.

Tabela 15 – Número médio de anos a frequentar o IPB, por área de estudos

Área de estudos	Amostra		Tempo médio de frequência (anos)	
	Frequência	%	Média	Mediana
1 – Humanísticas	38	30,6	2,5	2,0
2 – Ciências e Engenharia	37	29,8	3,5	3,0
3 – Saúde	27	21,8	2,5	2,0
4 – Economia e Gestão	22	17,7	2,7	2,0
Total	124	100,0		

Fonte: Serviços académicos do IPB e Questionário *on-line* aos alunos.

Verifica-se que os alunos da amostra de “Ciências e Engenharia” são os que estão em média há mais anos no IPB, seguidos pelos alunos da área “Economia e Gestão”. De facto, o número de anos que os alunos frequentam o IPB e a área de estudos da licenciatura não são independentes.

Os alunos da área de ciência e engenharia demoram mais anos a concluir a licenciatura. Esta conclusão é reforçada pela análise à taxa de retenção das diferentes áreas, como se apresenta na tabela seguinte.

Tabela 16 – Taxa de retenção por área de estudo dos alunos da amostra (em percentagem)

Área de estudo	Taxa de retenção			
	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano ²¹
Humanísticas	27,3	10,0	25,0	--
Ciências e Engenharia	33,3	57,1	77,8	--
Saúde	25,0	41,7	0,0	0,0
Economia e Gestão	16,7	33,3	50,0	--

Fonte: Questionário *on-line* aos alunos.

Na tabela 16 verifica-se que são as áreas de “*Ciências e Engenharia*” e “*Economia e Gestão*”, que contribuem para elevar a taxa de retenção dos cursos do IPB. Estas duas áreas apresentam no 3º ano taxas de retenção de 77,8% e 50,0%, respetivamente. A área de “*Saúde*” é a única que apresenta taxas de retenção zero, nos 3º e 4º anos.

É também possível calcular uma medida de eficiência para o IPB, calculando a percentagem dos alunos da amostra que não concluiu o curso no tempo previsto. A medida de eficiência do IPB obtida para a amostra é 63,5%.

Aos alunos inquiridos foi pedido que identificassem a sua condição perante a instituição. Determinou-se da amostra que 68,5% são alunos ordinários e 31,5% são alunos trabalhadores-estudantes. Foi analisado se existiria alguma diferença nas escolas relativamente ao tipo de aluno, ou seja, se alguma escola poderia atrair mais alunos trabalhadores-estudantes do que outra, mas verificou-se que não havia associação entre as variáveis.

Relativamente à distribuição dos alunos por escola e por idades, não se verificam os pressupostos para realizar o teste adequado, mas foi possível identificar que os alunos da ESSa são os que apresentam uma média de idades mais baixa e os da EsACT a mais elevada. A média de idades dos alunos da amostra por escola é:

²¹ Apenas nos cursos de saúde há 4 anos.

- ESA: 27,2 anos;
- ESE: 26,8 anos;
- ESTiG: 24,8 anos;
- EsACT: 27,3 anos;
- ESSa: 22,9 anos.

Na análise entre a idade dos alunos e o tipo de aluno, verifica-se que as variáveis não são independentes, dado que os alunos trabalhadores-estudantes têm uma idade média superior aos alunos ordinários.

Como foi referido, os alunos que responderam ao inquérito apresentam uma média de idades de 25,9 anos e mediana de 23,0 anos. No entanto, caso se considerem só os alunos ordinários a média baixa para 22,7 anos (mediana 22,0 anos) e caso se considerem só os trabalhadores-estudantes o valor sobe para 33,0 anos (mediana 30,5 anos). Na figura 10 vê-se que a amplitude de idades é muito alargada, tendo o aluno mais novo 18 anos enquanto o mais velho tem 55 anos.

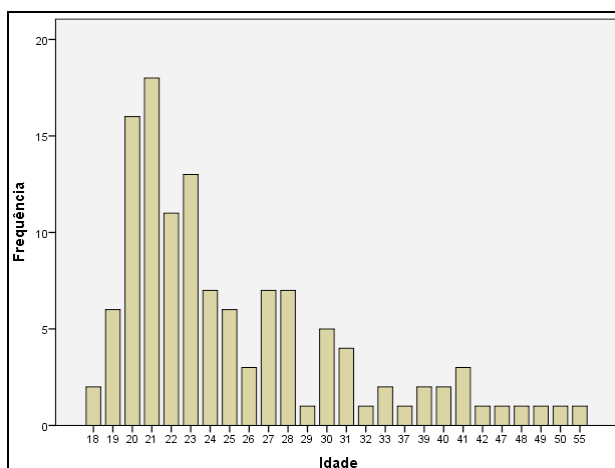


Figura 10 – Histograma das idades dos alunos inquiridos

Fonte: Questionário on-line aos alunos.

Dada a distribuição inicial de idades, que no 1º quartil corresponde aos 21 anos e no 3º quartil corresponde a 28 anos, foi decidido colocar as idades nas seguintes classes: “menos de 21 anos”, “21 a 23 anos”, “24 a 26 anos”, “27 a 29 anos”, “30 a 40 anos”, e “mais de 40 anos”. A nova distribuição está na figura seguinte (fig. 11).

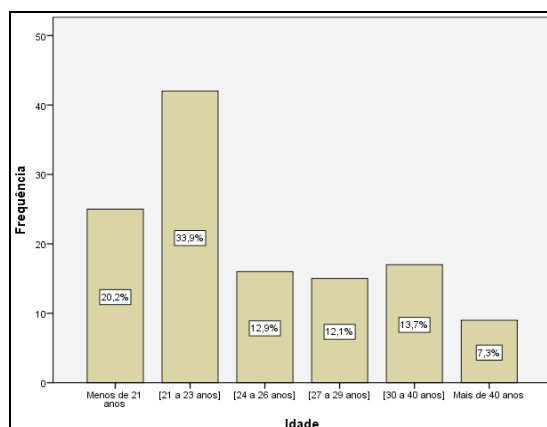


Figura 11 – Distribuição de idades dos alunos inquiridos em classes

Fonte: Questionário on-line aos alunos.

A figura 11 representa a distribuição das idades dos alunos segundo as classes definidas, onde se verifica que 67,0% tem no máximo 26 anos.

Verificou-se que os alunos mais novos são maioritariamente mulheres, pois 62,7% das mulheres tem no máximo 23 anos enquanto os homens são 40,8%. Nos alunos com 27 ou mais anos há uma maior prevalência dos homens que são 42,9% em relação às mulheres (26,7%). Todavia, mesmo havendo esta prevalência das mulheres nas idades mais novas e dos homens nas idades superiores, verifica-se na análise da relação entre o sexo e a idade (nas classes definidas) que as duas variáveis são independentes.

Dos alunos inquiridos, 118 (95,2%) são de nacionalidade portuguesa e só 4,8% referiu como sendo outra a nacionalidade.

O estado civil dos alunos distribui-se da seguinte forma: 85,5% são solteiros, 13,7% são casados e divorciados são 0,8%. Relativamente aos filhos, verifica-se que na amostra os alunos do sexo feminino têm mais filhos (14,7%) do que os do sexo masculino (10,2%), mas não há diferença significativa.

Como seria expectável, a existência ou inexistência de filhos está fortemente associada ao estado civil dos inquiridos, de facto, verifica-se que 87,5% dos inquiridos que têm filhos estão ou estiveram numa situação de relacionamento, enquanto só 12,5% dos solteiros é que tem filhos.

Ao analisarmos a possível relação entre idade e filhos verifica-se que estas duas variáveis não são independentes. É natural que a idade seja uma variável associada com ter ou não filhos, no sentido de que quanto maior a idade maior a probabilidade de já ter filhos.

Na amostra, são poucos os alunos com idade inferior a 26 anos que têm filhos (ao todo são 18,8%). Os alunos com 30 ou mais anos correspondem a 81,3% dos alunos que têm filhos. Nas classes “de 21 a 23 anos” e “de 27 a 29 anos” não se registou nenhum filho.

É também possível caracterizar os alunos inquiridos em termos da região de origem. Observa-se que eles são maioritariamente originários da região Norte de Portugal. A determinação da origem dos alunos baseou-se no concelho de residência antes de ingressar no IPB e no concelho de residência do agregado familiar.

A comparação entre estas duas localizações permite aferir que ambas apresentam uma distribuição muito próxima havendo apenas uma ligeira mudança de Mirandela para Bragança, o que sugere que não ocorreram grandes alterações de residência por parte dos alunos em relação ao seu agregado familiar.

Esta situação é relevante pois, para simplificar a análise, podemos considerar que o concelho de origem dos alunos é aquele onde o seu agregado familiar reside.

As figuras seguintes representam a atração do IPB, através da identificação da distância da residência habitual dos alunos (antes de frequentar o IPB) até à escola onde estudam, escolas de Bragança (figura 12) ou escola de Mirandela (figura 13).

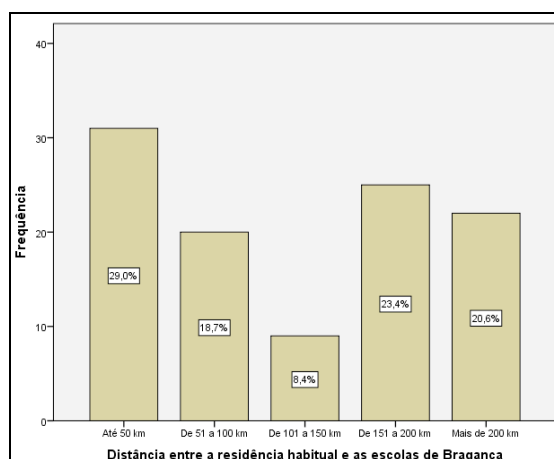


Figura 12 – Distância entre a residência habitual dos alunos da amostra e as escolas de Bragança

Fonte: Questionário on-line aos alunos.

A figura 12 mostra que, no caso das escolas de Bragança, 29,0% dos alunos da amostra provém de um raio máximo de 50 km, mas 20,6% deslocou-se de uma distância superior a 200 km.

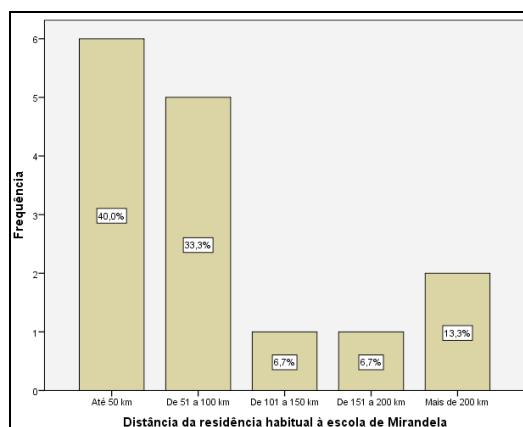


Figura 13 – Distância entre a residência habitual dos alunos da amostra e a escola de Mirandela

Fonte: Questionário on-line aos alunos.

Na figura 13 pode-se ver que a escola de Mirandela exerce a sua influência numa área mais próxima, pois 40,0% dos alunos da amostra moravam num raio de 50 km e 73,3% deslocaram-se no máximo 100 km.

Sublinha-se, no entanto, que as escolas de Bragança têm um grau de atração mais alargado. Há uma maior percentagem de alunos a vir de regiões a mais de 100 km (52,4%) estudar para Bragança do que de regiões até 100 km (47,6%). Os alunos de Bragança deslocaram-se, em média, 135,4 km, com uma mediana de 120 km (considerando só os alunos que mudaram de residência a média é de 179,6 km e a mediana 177,0 km).

Por outro lado, a escola de Mirandela é de clara influência regional com a maioria dos alunos a provir de regiões até 100 km, apresentando uma distância média de 96,3 km, com mediana de 51 km (e considerando só os alunos que mudaram de residência, a média é 163,4km e a mediana é 99,5 km). É de referir que apenas 15 inquiridos estuda na escola de Mirandela e destes apenas oito mudou de residência.

Em média, os alunos do IPB deslocaram-se 130,6 km (mediana 96 km) e, se forem considerados só os alunos que mudaram de residência, este valor sobe para 177,9 km (mediana 173 km)²².

Pode-se caracterizar a área de influência do IPB conforme a tabela 17.

²² Para facilitar a análise, os dois casos que indicaram Costa Rica foram eliminados (se fossem considerados o valor médio passaria a 314,0 km e mediana 105,0 km).

Tabela 17 – Área de influência do IPB

	Menos de 50 km	De 50 a 200 km		Mais de 200 km
Bragança	29,0%	50,5%		20,6%
		Menos de 50 km	De 50 a 150 km	Mais de 150 km
Mirandela	--	40,0%	40,0	20,0
Influência do IPB	14,5%	65,3%		20,3%

Fonte: Questionário *on-line* aos alunos.

A tabela 17 mostra que a influência do IPB tem o seu alcance principal num raio de 200 km (centrado em Bragança), de onde provêm quase 79,8% dos estudantes inscritos.

Estes valores são mais significativos quando se considera que a 120 km se encontra a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e a cerca de 200 km se encontram as Universidades do Porto e do Minho.

Relativamente aos alunos que mudaram de residência, verificou-se que 63,7% dos alunos mudou de residência para frequentar o atual curso em que se encontram matriculados. De facto, 49,2% dos inquiridos reside nos concelhos em análise para frequentar o ensino superior.

Há uma clara associação entre mudar de residência e frequentar o ensino superior, ou seja, os alunos que mudaram de residência fizeram-no para frequentar o IPB. Há ainda a realçar o facto de 69,4% dos inquiridos ter escolhido o atual curso como 1ª opção. Nos alunos que mudaram de residência foram 57,0% os que escolheram este curso como 1ª opção.

Foi ainda analisado o percurso escolar dos alunos, nomeadamente qual foi a via de acesso e qual a sua situação atual. A via de acesso dos alunos inquiridos foi na maioria dos casos (71,0%) pelo contingente geral. Verifica-se que são mais os alunos da amostra que acedem ao ensino superior pela via dos cursos de especialização tecnológica (CET) do que os que acedem pelos “maiores de 23” (12,1% e 10,5%, respetivamente).

Dos alunos inquiridos, 68,5% (85 alunos) consideram-se exclusivamente estudantes (alunos ordinários), enquanto 39 se identificam como trabalhadores-estudantes apesar de 10 afirmarem não terem o estatuto.

Dos 39 inquiridos que consideram que possuem uma situação profissional, 71,8% é trabalhador por conta de outrem, 23,1% é independente ou empresário e os restantes inquiridos dividem-se entre trabalhar para um familiar e a situação “outra”.

Relativamente ao número de horas frequentadas semanalmente, verifica-se que esse valor não é independente do facto de ser aluno ordinário ou trabalhador-estudante. Como seria expectável, os alunos ordinários assistem a mais horas de aulas semanais do que os alunos trabalhadores.

Segundo o trabalho da Direção-Geral do Ensino Superior (Martins, Mauritti e Costa, 2005: 33) a caracterização das origens sociais dos estudantes é um fator importante na determinação das condições de vida e dos recursos económicos dos mesmos, e *“um dos indicadores mais produtivos na análise dos contextos socioeconómicos dos estudantes relaciona-se, precisamente, com a condição perante o trabalho dos seus progenitores.”*

Neste contexto foi caracterizada a situação dos progenitores. Identificou-se que na maioria das famílias dos estudantes pelo menos um dos progenitores está empregado, especificamente, 40,3% das mães e 54,8% dos pais. Porém, só cerca de 30,6% dos alunos é que tem ambos os progenitores a trabalhar, o que significa que em 69,4% das famílias dos estudantes inquiridos apenas um dos progenitores trabalha. O desemprego é mais significativo na situação da mãe do que do pai, 19,4% e 8,4%, respetivamente.

Comparando a categoria profissional dos progenitores dos estudantes e a população portuguesa empregada, verifica-se que há diferenças entre as distribuições das variáveis. A categoria profissional das mães mais representada é a dos *“Trabalhadores não qualificados”* com 50,6%, mais do dobro percentual existente na população portuguesa. Este desvio pode dever-se à inclusão dos indivíduos que indicaram a profissão doméstica, na categoria *“Trabalhadores não qualificados”*. No entanto, quando se retiram esses 25 inquéritos mantém-se a diferença entre a amostra e a população portuguesa relativamente à situação profissional. As categorias menos representadas são as *“Membros das Forças Armadas”* e *“Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pesca”*, ambos com 0,0%.

Ao nível da amostra dos pais, a categoria profissional mais representada é a dos *“Trabalhadores não qualificados”* com 27,4%, e a seguir as categorias *“Operários, artífices e trabalhadores similares”* e *“Técnicos e profissionais de nível intermédio”* com 19,2% e 17,8%, respetivamente. As categorias menos representadas são as *“Membros das Forças Armadas”* e *“Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pesca”*, com 1,4% e 0,0%, respetivamente.

Relativamente aos progenitores foi possível analisar também a sua escolaridade. A tabela 18

descreve a escolaridade de cada um dos progenitores dos alunos da amostra.

Tabela 18 – Caracterização da escolaridade dos progenitores dos alunos

Nível de escolaridade	Escolaridade da mãe		Escolaridade do pai	
	Frequência	%	Frequência	%
Ensino Básico 1º ciclo	36	29,0	45	36,3
Ensino Básico 2º ciclo	18	14,5	18	14,5
Ensino Básico 3º ciclo	28	22,6	19	15,3
Ensino Secundário	17	13,7	15	12,1
Licenciatura	11	8,9	6	4,8
Pós graduação	2	1,6	1	0,8
Mestrado	0	0	3	2,4
Doutoramento	2	1,6	1	0,8
Não faz parte do meu agregado familiar	10	8,1	16	12,9
Total	124	100,0	124	100,0

Fonte: Questionário *on-line* aos alunos.

Na amostra recolhida, representada na tabela 18, não foi possível testar a existência de diferenças significativas entre o nível de escolaridade completa dos pais e das mães dos alunos. Observa-se que, na amostra, há menos mães só com o ensino básico de 1º ciclo e há quase o dobro das mães com o grau de licenciada, comparativamente aos pais.

Fazendo uma análise da escolaridade do agregado familiar, criou-se uma nova variável *escolaridade_agregado* que considerou apenas o nível completo mais elevado entre o pai e a mãe, ou, no caso de só um deles estar identificado, considerou esse como o nível mais elevado. A comparação destes valores com os registados no ano de 2011 da população portuguesa mostra que não há diferenças significativas. Os níveis de escolaridade que apresentam maiores diferenças são o nível do 1º ciclo do ensino básico onde se observa que há menos progenitores dos alunos da amostra com apenas o 1º ciclo do ensino básico e há mais com o 3º ciclo do ensino básico, quando comparados com os valores da população.

Observa-se que os progenitores dos alunos têm uma escolaridade superior à registada pela população portuguesa, exceto ao nível do ensino superior onde se observa uma diferença de 0,1%. Ao nível do “ensino básico 1º ciclo” é onde essa diferença se acentua mais chegando quase aos 7%.

Outro aspeto relevante estudado é o rendimento ílquido mensal do agregado familiar, ilustrado na figura seguinte (fig. 14).

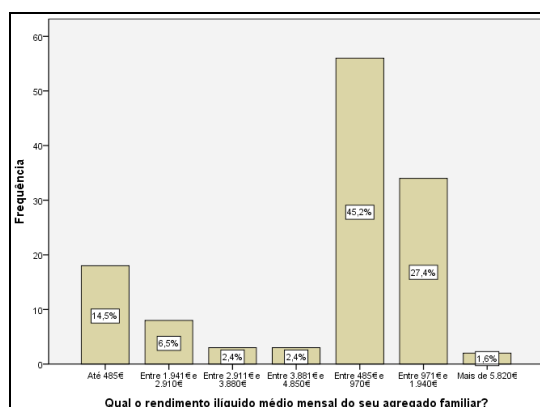


Figura 14 – Caracterização do rendimento médio mensal do agregado familiar dos alunos

Fonte: Questionário on-line aos alunos.

Na figura 14 observa-se que cerca de 59,7% dos inquiridos pertencem a famílias que auferem no máximo 970 euros por mês, ou seja, 2 salários mínimos nacionais. Há 87,1% dos alunos a provir de agregados que auferem no máximo 1.940 euros por mês. Acima desse escalão apenas se encontram 12,9% dos alunos, dos quais metade (6,5%) pertence a um agregado que recebe entre 1.941 e 2.910 euros mensais.

Com base na amostra foi possível caracterizar as condições de vida dos alunos durante o período letivo.

O orçamento que os estudantes têm disponível pode provir de diferentes fontes: família, apoio estatal (na forma de subsídio, empréstimo ou bolsa escolar), apoio não estatal, rendimento próprio, ou outras fontes. O orçamento disponível da fonte “*família*” refere-se aos valores que a família de origem, ou constituída, disponibiliza mensalmente. O orçamento disponível da fonte “*apoio estatal*”, pode surgir em três formas possíveis: subsídio, quando se refere a um valor atribuído por entidades públicas ao abrigo de programas específicos (e.g subsídios da Câmara Municipal de Murça, aos alunos do ensino superior); empréstimo, quando os alunos recorrem a empréstimos através de programas institucionais; e bolsa escolar, quando o montante mensal é atribuído pela instituição de ensino superior.

O “*apoio não estatal*” refere-se a valores recebidos mensalmente de instituições não públicas, como instituições privadas (e.g. bancos) que atribuem bolsas escolares. O “*rendimento próprio*” refere-se ao montante recebido mensalmente fruto do próprio

trabalho.

Dos 81 alunos que referiram ser a família uma das fontes de financiamento, recebem em média 422,5 euros da família (mediana 300,0 euros). No mínimo recebem 20,0 euros e no máximo 1.700 euros.

Os cinco alunos que recebem mensalmente através de subsídios estatais não reembolsáveis obtendo um valor médio mensal de 361,0 euros (mediana 350,0 euros, mínimo 25,0 euros e máximo 1.000,0 euros).

No orçamento disponibilizado mensalmente através de empréstimos estatais reembolsáveis há apenas um inquirido que recebe desta fonte, recebendo 250,0 mensais.

Os alunos que recebem ajuda na forma de uma bolsa escolar não reembolsável, o valor máximo atribuído é de 321,0 euros e o valor mínimo mensal é 40,0 euros. Em média, os alunos que beneficiam de bolsa escolar recebem mensalmente 134,0 euros (mediana 118,0 euros)

Outra fonte considerada corresponde a apoios não estatais. Apenas dois alunos referem receber apoio financeiro de entidades não estatais, recebendo um 600,0 euros e o outro 1.000,0 euros. Em média, nesta categoria, os alunos recebem mensalmente 800,0 euros.

Os 32 alunos trabalhadores-estudantes, cujo montante disponível mensalmente é proveniente do próprio trabalho, têm disponível, em média, 792,3 euros (mediana 675,0 euros). Estes alunos recebem no mínimo 100,0 euros e no máximo 3.000 euros²³.

Tabela 19 – Resumo do orçamento disponível dos alunos por fonte de origem (em euros)

	Família	Subsídio	Empréstimo	Bolsa escolar	Entidades não estatais	Trabalho	Outras Fontes
N	81	5	1	26	2	32	2
Média	422,5	361,0	250,0	134,0	800,0	792,3	215,0
Mediana	300,0	350,0	250,0	118,0	800,0	675,0	215,0
Mínimo	20,0	25,0	250,0	40,0	600,0	100,0	30,0
Máximo	1.700,0	1.000,0	250,0	321,0	1.000,0	3.000,0	400,0

Fonte: Questionário *on-line* aos alunos.

²³ Um inquirido indicou que recebia 15.000 euros mensais e foi retirado da análise.

A tabela 19 mostra que os alunos do IPB que têm o maior montante disponível são aqueles que já trabalham (com um valor médio de 792,3 euros), seguidos dos que têm apoio proveniente da família de origem ou constituída, cujo valor médio ascende aos 422,5 euros. O menor orçamento mensal provém da bolsa escolar com 134,0 euros, mas quase 77% dos alunos que recebe bolsa escolar é também ajudado pela família.

Das várias fontes que financiam os estudantes, verifica-se que a família é o principal contribuidor para o sustento da maioria dos estudantes (65,9%) durante o período letivo. No entanto, há vários alunos a serem financiados por múltiplas fontes. A situação mais comum é estarem a ser ajudados pela família e receberem bolsa escolar.

Os alunos inquiridos, maioritariamente, avaliam positivamente as suas condições de alojamento, dado que 78,2% considera as suas condições satisfatórias ou muito satisfatórias e só 2,4% considera as suas condições más ou muito más. Os dois inquiridos que consideram que têm condições más estão alojados em quartos arrendados individuais ou partilhados e o único caso de avaliação das condições de alojamento como muito más está alojado em casa dos pais/familiares. Os inquiridos alojados em residências de estudantes avaliam positivamente as suas condições de alojamento (75,0% avalia no mínimo como satisfatórias). Nesta parte solicitou-se aos alunos que identificassem os seus gastos mensais por categorias, que poderiam ser alojamento, alimentação, material escolar, saúde, lazer, bens pessoais, material informático, propinas e taxas e outras despesas.

As variáveis analisadas sobre os gastos médios mensais, por terem sido de resposta aberta, tiveram de ser recodificadas, passando a apresentar os intervalos de valores.

A maioria dos alunos (81,4%) gasta entre 51 e 150 euros com o alojamento. Uma possibilidade que se poderia analisar é se os alunos das diferentes escolas pagam valores diferentes pelo alojamento. Observa-se que os alunos que residem em Bragança pagam em média 187,5 euros (mediana 225,0 euros) por mês pelo alojamento, enquanto os que residem em Mirandela pagam em média 91,0 euros (mediana 110,0) mensalmente.

Nos gastos com a alimentação dos alunos, a maior percentagem (44,8%) dos gastos é entre 51 e 100 euros por mês, sendo que 73,3 gasta no máximo 100 euros.

Neste ponto é relevante estudar o comportamento dos alunos em termos de local onde fazem as refeições, entre quatro locais distintos: em casa, na cantina do IPB, no bar do IPB, ou em estabelecimentos comerciais. Verifica-se que os locais que os alunos mais utilizam

para fazer as refeições são a própria casa e a cantina (almoço ou jantar) ou bar (pequeno-almoço) do IPB. A grande maioria (91,9%) toma o pequeno-almoço na própria casa ou traz de casa e 90,3% janta também em casa. Apenas ao almoço se verifica uma ligeira diminuição para os 73,4% que continuam a ir a casa e o segundo local mais representado nesta refeição é a cantina do IPB com 18,5%.

Sobre os gastos com o material escolar, 83,3% dos alunos gasta no máximo 50 euros por mês.

A maioria (66,7%) dos estudantes gasta até 25 euros em saúde e 25 euros é também o que a maioria (58,7%) dos alunos gasta em lazer.

Nas categorias “bens pessoais” e “material informático” verifica-se que os alunos em 81,6% e 95,4%, respetivamente, gastam até 50 euros mensais.

Na categoria dos gastos mensais também era pedido aos alunos que estimassem o valor que a família gasta mensalmente com bens intangíveis, como por exemplo comida, bens que trazem de casa, ou bilhetes comprados pela família e 81 alunos consideraram que havia um gasto familiar com esses bens, cujo valor médio mensal seria de 91,4 euros.

A tabela 20 apresenta um resumo dos gastos nas diferentes categorias e em função das várias possibilidades de alojamento.

Tabela 20 – Resumo dos gastos médios mensais dos alunos por tipo de alojamento (em euros)

	Quarto Individual (n=45)	Quarto Partilhado (n=12)	Pais ou Familiares (n=18)	Casa/Ap. Arrendada (n=25)	Casa/Ap. Própria (n=17)	Residência Estudantes (n=4)	Outra (n=3)
Bens intangíveis	138,5	71,3	80,6	82,2	8,2	150,0	0,0
Alojamento	125,2	100,4	7,2	134,0	27,5	72,9	20,0
Alimentação	104,6	89,6	55,3	101,0	102,7	55,0	76,7
Material escolar	39,2	39,2	33,2	19,9	21,2	15,0	16,7
Saúde	11,6	26,3	14,4	1,4	0,3	7,5	0,0
Lazer	28,2	20,4	16,4	15,8	16,6	5,0	6,7
Bens pessoais	33,6	29,2	19,7	21,4	7,1	7,5	6,7
Mat.Informático	27,8	21,2	10,8	11,9	5,5	5,0	10,0
Propinas	164,1	130,3	88,4	68,9	106,7	6,5	276,7
Outros	15,1	6,7	12,2	5,2	4,2	0,0	83,3
Total gastos	549,4	534,4	256,7	379,6	290,7	237,4	496,7
Total gastos com Intangíveis	687,9	463,1	337,3	461,8	298,9	387,4	496,7

Fonte: Questionário *on-line* aos alunos.

Os alunos também apresentam despesas com os meios de transporte. Estas despesas poderiam ser indicadas segundo duas perspetivas: aqueles que possuem transporte próprio e os que não possuem transporte próprio. Estes últimos poderiam declarar despesas na deslocação entre a residência no período letivo e a escola, e a residência no período letivo e a casa de família.

Quase metade dos alunos inquiridos (49,2%) percorrem menos de 2 quilómetros entre a sua residência no período letivo e a escola que frequentam, havendo ainda 24,2% que percorre entre 2 e 5 quilómetros e quase na mesma percentagem são os que percorrem mais de 20 quilómetros (23,4%).

Dos alunos inquiridos 59,7% desloca-se a pé, 36,3% desloca-se em transporte próprio, e em transportes públicos registaram-se apenas 0,8%.

Aos alunos que não possuem transporte próprio, os cinco identificados na amostra, foi solicitado que estimassem o valor gasto em deslocações entre a residência e a escola que frequentam e entre a residência e a casa de família.

A média dos gastos mensais dos cinco alunos que não possuem transporte próprio com deslocações é, respetivamente, 75,4 euros (da residência em período letivo à escola) e 72,8 euros (da residência em período letivo à casa de família). Em média, os alunos que não possuem transporte próprio gastam mensalmente 148,2 euros (mediana 151,0 euros) nas suas deslocações.

Relativamente aos gastos médios mensais com os transportes próprios, para os alunos que possuem transporte próprio, observou-se que na amostra de 124 alunos, 45 indicaram que possuíam transporte próprio, ou seja, 36,3% dos alunos. O único transporte indicado foi o automóvel.

Dos alunos que possuem transporte próprio, apenas cinco alunos indicaram um valor gasto com outros transportes.

A média dos gastos mensais dos 45 alunos que possuem transporte próprio é 139,4 euros (mediana 126,0 euros), gastando em média 104,1 euros com o próprio transporte e 35,3 euros com outros transportes.

O gasto médio mensal com transporte dos alunos do IPB é de 140,3 euros (mediana 138,3 euros). Assumindo que os alunos só gastam 50% na região (bilhete de ida e de regresso adquirido no respetivo ponto de partida, tal como o combustível) este valor baixa para 70,2 euros.

A tabela 21 resume os gastos médios mensais dos 124 alunos inquiridos em cada uma das categorias analisadas. Apenas a variável transportes foi considerada para os 50 inquiridos que apresentaram valores, mas proporcionalmente para toda a amostra a média dos transportes baixaria para 56,6 euros.

Tabela 21 – Resumo dos gastos médios mensais dos alunos por categoria (em euros e em percentagem)

	Transporte (n=50)	Propinas e taxas	Alimentação	Alojamento	Mat. Escolar	Bens pessoais	Lazer	Mat. Informático	Outras despesas	Saúde
Média	140,3	122,5	92,7	89,8	30,5	23,6	20,2	17,3	11,6	9,4
Mediana	138,3	80,0	80,0	100,0	20,0	15,0	15,0	5,0	0,0	0,0
Desvio padrão	77,9	180,5	93,7	81,3	32,3	30,8	26,7	67,9	35,9	19,5
Mínimo	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Máximo	511,5	800,0	700,0	440,0	150,0	200,0	150,0	750,0	250,0	120,0
Percentil 25	88,0	61,3	30,0	0,0	5,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Percentil 75	150,6	100,0	100,0	125,0	50,0	37,5	28,8	20,0	0,0	10,0
Gasto mensal (em %)	25,1%	22,0%	16,6%	16,1%	5,5%	4,2%	3,6%	3,1%	2,1%	1,7%

Fonte: Questionário *on-line* aos alunos.

Foi criada uma nova variável “*gastos_totais*”, cujo valor apresentado foi calculado através da soma dos valores apresentados nas variáveis anteriormente referidas. A tabela seguinte caracteriza os gastos dos alunos, com e sem os bens intangíveis (tabela 22).

Tabela 22 – Resumo dos gastos totais médios mensais dos alunos inquiridos (em euros)

	Total dos gastos sem os bens intangíveis	Total dos gastos com os bens intangíveis
Média	474,1	565,5
Mediana	415,0	547,5
Desvio padrão	297,2	329,3
Mínimo	0,0	0,0
Máximo	1.511,5	1.616,0
Percentil 25	300,0	357,5
Percentil 75	581,4	698,6

Fonte: Questionário *on-line* aos alunos.

Se forem considerados só os alunos que afirmaram que mudaram de residência para frequentar o atual curso, verifica-se que estes alunos gastam mensalmente em média:

- a) Total, sem intangíveis e sem transportes, 474,7 euros (mediana 435,0 euros).
- b) Total com transportes, 496,8 euros (mediana 443,0 euros);
- c) Total com intangíveis e sem transportes, 594,2 euros (mediana 563,0 euros);
- d) Total com transportes e com intangíveis, 616,3 euros (mediana 567,5 euros).

De uma forma mais conservadora, podem-se aceitar os valores totais exibidos pelos alunos sem considerar os gastos em bens intangíveis. Esta opção é sustentada por não haver qualquer forma de saber se estes gastos foram realizados na região em análise ou na região de origem das famílias dos estudantes. Desta forma, obtém-se um gasto médio mensal total por estudante de 474,1 euros. Ou seja,

Em média, cada aluno do IPB gasta mensalmente 474,1 euros na região.

Após a análise dos gastos, foi observado como é que os alunos consideram a sua atual situação financeira. A principal categoria selecionada pelos alunos relativamente à sua situação financeira é a categoria “razoável, ou seja, fizeram face às despesas” (48,4% dos alunos). Verifica-se que os alunos que consideram a sua situação financeira boa são 12,1%. No entanto, os alunos que consideram que a sua situação financeira é má ascende aos 29,8% e nos casos extremos, onde a situação financeira é “*muito má*”, observam-se 7,3%.

Esta análise mostra que os alunos em má ou muito má situação financeira são 37,1%.

Estudando a possível associação entre a situação financeira e várias variáveis, nomeadamente sexo, idade, tipo de aluno, concelho de residência, ter ou não mudado de residência e rendimento disponível, verifica-se que não há associação entre as variáveis consideradas.

Em termos de visitas, consideraram-se só os alunos que afirmaram ter mudado de residência para frequentar o ensino superior, dado que os que já residiam na região recebem visitas de qualquer das formas e não se pode considerar este valor como relacionado com o IPB.

A maioria dos alunos (47,5%) recebe no máximo 5 visitas por ano sendo que em média cada aluno recebe 3,6 visitas por ano e que permanecem, em média, 24,8 horas e gastam em

média 45,7 euros por dia. Cada aluno contribui para a região através das visitas que recebe, que em 2012 ascende aos 170,7 euros.

Relativamente à mobilidade internacional dos estudantes verifica-se que só uma percentagem baixa é que frequentou alguma instituição do ensino superior no estrangeiro (só 8,9% dos inquiridos). No entanto, desses alunos 63,6% participaram ao abrigo do programa internacional *Erasmus/Tempus*. Este valor foi corrigido para 66,7% dado que um dos alunos que escolheu a opção “Outro” se referia ao programa Erasmus/Socrates.

Verifica-se que a maioria dos alunos prefere ir para países europeus, mas esta situação já seria de esperar dado que o número de bolsas é principalmente dirigido aos países da União Europeia, de acordo com os requisitos do programa Erasmus.

Finalmente, pretendeu-se saber se havia vontade por parte dos alunos em permanecer na região após a conclusão da licenciatura. A tabela 23 resume as opções seleccionadas.

Tabela 23 – Distribuição de alunos segundo opção futura de ficar ou não região

	Frequência	%
Sim, se encontrar emprego	30	24,2
Sim, é natural e não pretende mudar	6	4,8
Sim, já constituiu família na região	10	8,1
Sim, quer continuar a formação no IPB	4	3,2
Não, quer regressar à região de naturalidade	11	8,9
Não, quer trabalhar/estudar estrangeiro	11	8,9
Irá para onde encontrar emprego	35	28,2
Não sabe/Não responde	17	13,7
Total	124	100,0

Fonte: Questionário on-line aos alunos.

Para facilitar a análise, as opções de resposta foram alteradas para as seguintes opções: 1- *Pretende ficar na região*; 2- *Não pretende ficar na região*; 3- *Irá para onde encontrar emprego*; 4- *Não sabe ou não responde*. A figura 15 descreve esta situação.

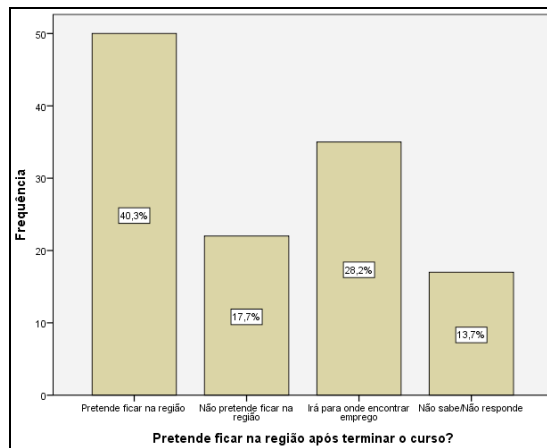


Figura 15 – Distribuição dos alunos segundo a decisão de ficar ou não na região após obter a licenciatura
 Fonte: Questionário on-line aos alunos.

Verifica-se na figura 15 que 40,3% pretendem ficar na região após a graduação, no entanto, esta vontade está dependente de encontrar ou não emprego na região.

3 – O IMPACTO ECONÓMICO DO IPB NA REGIÃO

Neste capítulo estima-se o impacto do Instituto Politécnico de Bragança na região em análise utilizando o modelo simplificado desenvolvido por Fernandes (2009).

3.1 Modelo simplificado

A utilização deste modelo simplificado permite, de forma mais acessível e rápida que outros modelos mais complexos, obter uma aproximação bastante precisa do impacto das IES na região onde estão localizadas e uniformizar comparações entre instituições.

Este modelo foi baseado no modelo ACE (American Council on Education Model) desenvolvido por Caffrey & Isaacs (1971), que apresenta algumas dificuldades de aplicação, devido ao elevado consumo de recursos e tempo, e, especificamente, à realidade portuguesa devido à limitação da informação necessária, pelo que este modelo simplificado se apresenta como uma alternativa (Fernandes, 2009).

O modelo estima o impacto na região através dos gastos realizados por cada uma das seguintes quatro fontes: docentes, funcionários, alunos, e instituição. Considera ainda a existência de um gasto associado à existência da instituição que é o gasto dos visitantes associados a cada uma das fontes consideradas.

Uma das alterações consideradas e introduzidas neste modelo foi o facto de se ter optado por contabilizar exclusivamente os gastos dos estudantes que não estariam na região se não estudassem no IPB. Desta forma, consideraram-se os gastos dos alunos que mudaram de região para frequentar o IPB (efeito exportação) e os gastos dos alunos locais que teriam ido estudar para outra região, caso não existisse o IPB (efeito substituição de importação).

A figura seguinte resume o modelo utilizado.

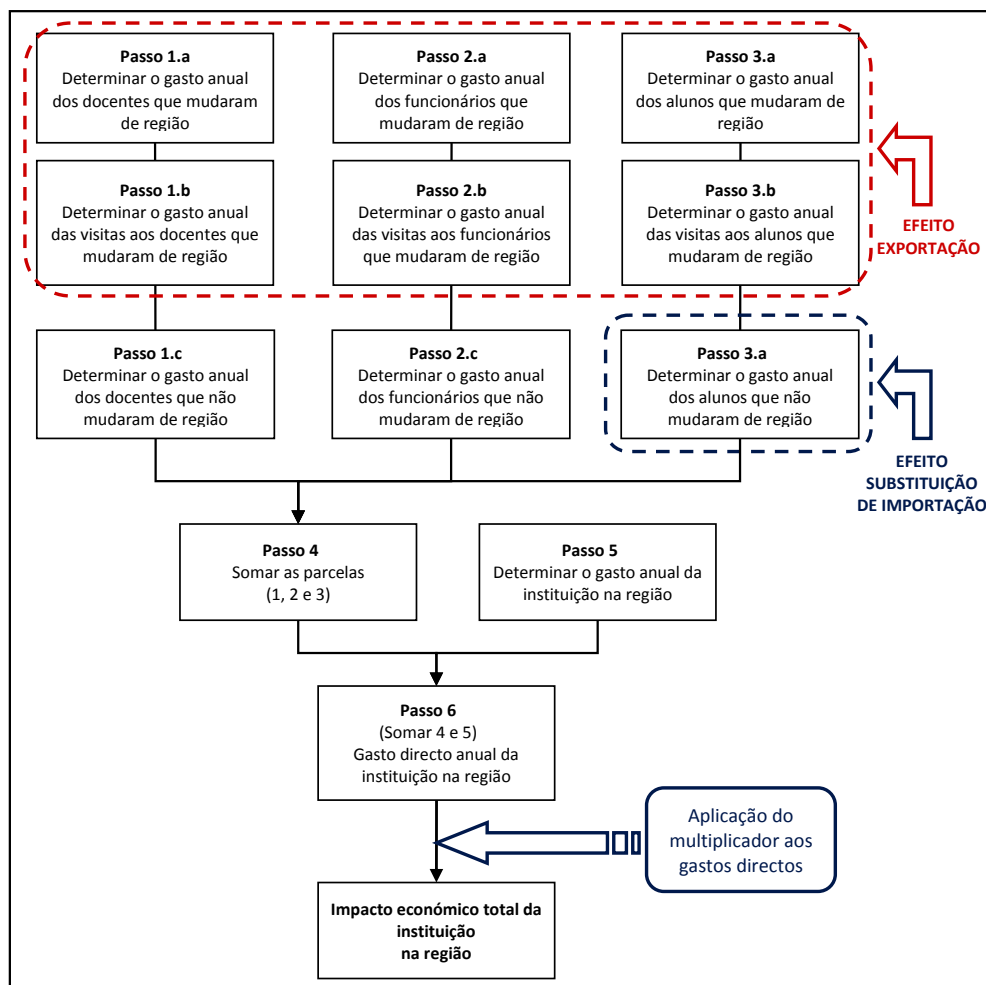


Figura 16 – Modelo simplificado para a estimação dos impactos económicos das IES

Fonte: Fernandes (2009: 198).

Os gastos realizados pelos docentes, funcionários e alunos foram calculados a partir dos valores obtidos nos inquéritos, descritos nos capítulos anteriores.

3.2 Estimação do impacto do IPB

Esta secção descreve o impacto do IPB na região em estudo (concelhos de Bragança e Mirandela), que foi determinado através dos gastos realizados por cada uma das seguintes quatro fontes: docentes, funcionários, alunos, e instituição. Os gastos dos visitantes foram incluídos nas respetivas fontes. Os valores calculados foram extrapolados a partir dos observados nas amostras obtidas para a população considerada, respetivamente 449 docentes, 214 funcionários e 6.754 alunos.

3.2.1 Gastos dos docentes

Relativamente aos docentes, verificou-se, na análise do inquérito que, dos 449 docentes, 31,3% mudou de residência para trabalhar no IPB. Estes docentes são considerados como impacto direto da existência do IPB na região, bem como, as suas visitas.

Os gastos dos docentes que não mudaram de residência para trabalhar no IPB, mas que não residem no concelho onde trabalham foram também considerados e, por isso, os gastos – de alimentação e de transporte – que têm durante os dias de trabalho devem-se exclusivamente ao facto de trabalharem no IPB.

O gasto anual direto dos docentes que trabalham no IPB, descrito na tabela 24, foi obtido através da seguinte expressão,

$$GA_{Doc_IPB} = G_{Doc_mudaram} + G_{VDoc_mudaram} + G_{Doc_Nmudaram},$$

onde:

$G_{Doc_mudaram}$: Gasto anual dos docentes que mudaram de região;

$$G_{Doc_mudaram} = G_{(mensal)Doc_mudaram} \times N_{Doc_mudaram} \times 12$$

$G_{(mensal)Doc_mudaram}$: Gasto mensal dos docentes que mudaram a residência para Bragança ou Mirandela, retirado do inquérito aos docentes;

$N_{Doc_mudaram}$: Número de docentes que mudou a residência para Bragança ou Mirandela, retirado do inquérito aos docentes.

$G_{VDoc_mudaram}$: Gasto anual das visitas aos docentes que mudaram de residência;

$$G_{VDoc_mudaram} = G_{(anual)VDoc_mudaram} \times N_{Doc_mudaram}$$

$G_{(anual)VDoc_mudaram}$: Gasto anual das visitas aos docentes que mudaram a residência para Bragança ou Mirandela, retirado do inquérito aos docentes;

$G_{Doc_Nmudaram}$: Gasto anual dos docentes que não mudaram de residência, mas não residem no concelho onde trabalham:

$$G_{Doc_Nmudaram} = \left(G_{(mensal_A)Doc_Nmudaram} \times T_{mês_Bragança} + G_{(mensal_T)Doc_Nmudaram} \right) \times N_{Doc_Nmudaram} \times 12$$

$G_{(mensal_A)Doc_Nmudaram}$: Gasto mensal em alimentação dos docentes que não mudaram de residência, mas não residem no concelho onde trabalham, retirado do inquérito aos docentes;

$T_{mês_IPB}$: Tempo médio mensal no local de trabalho. Este item foi incluído devido aos

docentes trabalhem em casa ou estejam em projetos de investigação ou formação e, nesses casos, não estarão a realizar gastos no concelho onde trabalham, mas nas localidades onde se encontrem;

$G_{(mensal_T)Doc_Nmudaram}$: Gasto mensal em transportes dos docentes que não mudaram de residência, mas não residem no concelho onde trabalham;

$N_{Doc_Nmudaram}$: Número de docentes que não mudou de residência, mas não reside no concelho onde trabalha.

Tabela 24 – Gasto anual direto dos docentes do IPB na região

Gasto anual direto dos docentes do IPB nos concelhos onde trabalham			Valor obtido
$GA_{Doc_IPB} = G_{Doc_mudaram} + G_{VDoc_mudaram} + G_{Doc_Nmudaram}$			4.229.841,8 €
Efeito exportação	Gastos dos docentes que mudaram de região	$G_{Doc_mudaram} = G_{(mensal)Doc_mudaram} \times N_{Doc_mudaram} \times 12$	3.426.516,9 €
		$G_{(mensal)Doc_mudaram}$	2.031,8 €
		$N_{Doc_mudaram}$	141
	Gasto das visitas	$G_{VDoc_mudaram} = G_{(anual)VDoc_mudaram} \times N_{Doc_mudaram}$	102.345,9 €
		$G_{(anual)VDoc_mudaram}$	728,2
		$N_{Doc_mudaram}$	141
Gastos dos docentes que não mudaram de região, mas não residem no concelho onde trabalham	$G_{Doc_Nmudaram} = (G_{(mensal_A)Doc_Nmudaram} \times T_{mês_Bragança} + G_{(mensal_T)Doc_Nmudaram}) \times N_{Doc_Nmudaram} \times 12$		700 978,8 €
	$G_{(mensal_A)Doc_Nmudaram}$		300,0 €
	$T_{mês_IPB}$		0,6
	$G_{(mensal_T)Doc_Nmudaram}$		210,3
	$N_{Doc_Nmudaram}$		150

Fonte: Elaboração própria.

O impacto anual direto que os docentes, durante o ano de 2012, tiveram no concelho de Bragança está resumido na tabela 24 e ascende aos 4,2 milhões de euros. Para este total contribuíram 3,4 milhões de euros dos docentes que mudaram de residência, cerca de 100 mil euros das suas visitas e 700 mil euros dos que não residem em Bragança ou Mirandela, mas se deslocam para lá para trabalhar.

3.2.2 Gastos dos funcionários

Relativamente aos funcionários, observou-se na análise do inquérito que 29,2% dos 214 funcionários mudou de residência para trabalhar no IPB. Considerou-se o gasto destes funcionários como impacto direto da existência do IPB na região. Foram também considerados os gastos dos visitantes aos funcionários que mudaram de residência.

Dos funcionários que não mudaram de residência para trabalhar no IPB, mas que não residem em Bragança ou Mirandela, consideraram-se os gastos de alimentação e de transporte pois estas despesas realizadas no concelho onde trabalham devem-se exclusivamente ao facto de trabalharem no IPB.

O gasto total anual dos funcionários que trabalham no IPB foi obtido através da seguinte expressão,

$$GA_{Func_IPB} = G_{Func_mudaram} + G_{VFunc_mudaram} + G_{Func_Nmudaram},$$

onde:

$G_{Func_mudaram}$: Gasto anual dos funcionários que mudaram de região;

$$G_{Func_mudaram} = G_{(mensal)Func_mudaram} \times N_{Func_mudaram} \times 12$$

$G_{(mensal)Func_mudaram}$: Gasto mensal dos funcionários que mudaram a residência para Bragança ou Mirandela, retirado do inquérito aos funcionários;

$N_{Func_mudaram}$: Número de funcionários que mudou a residência para Bragança ou Mirandela, retirado do inquérito aos funcionários.

$G_{VFunc_mudaram}$: Gasto anual das visitas aos funcionários que mudaram de residência;

$$G_{VFunc_mudaram} = G_{(anual)VFunc_mudaram} \times N_{Func_mudaram}$$

$G_{(anual)VFunc_mudaram}$: Gasto anual das visitas por funcionário que mudou a residência para Bragança ou Mirandela, retirado do inquérito aos funcionários;

$G_{Func_Nmudaram}$: Gasto anual dos funcionários que não mudaram de residência, mas não residem no concelho onde trabalham;

$$G_{Func_Nmudaram} = \left(G_{(mensal_A)Func_Nmudaram} + G_{(mensal_T)Func_Nmudaram} \right) \times N_{Func_Nmudaram} \times 12$$

$G_{(mensal_A)Func_Nmudaram}$: Gasto mensal em alimentação dos funcionários que não mudaram de residência, mas não residem no concelho onde trabalham, retirado do inquérito aos funcionários;

$G_{(mensal_T)Func_Nmudaram}$: Gasto mensal em transportes dos funcionários que não

mudaram de residência, mas não residem no concelho onde trabalham, retirado do inquérito aos funcionários;

$N_{Func_Nmudaram}$: Número de funcionários que não reside no concelho onde trabalha, retirado do inquérito aos funcionários.

O gasto dos funcionários, durante o ano de 2012, está resumido na tabela 25.

Tabela 25 – Gasto anual direto dos funcionários do IPB na região

			Valor obtido
Gasto anual direto dos funcionários do IPB nos concelhos onde trabalham			
$GA_{Func_IPB} = G_{Func_mudaram} + G_{VFunc_mudaram} + G_{Func_Nmudaram}$			690.965,6 €
Efeito exportação	Gastos dos funcionários que mudaram de região	$G_{Func_mudaram} = G_{(mensal)Func_mudaram} \times N_{Func_mudaram} \times 12$	633 328,4 €
		$G_{(mensal)Func_mudaram}$	844,6 €
		$N_{Func_mudaram}$	62
	Gasto das visitas	$G_{VFunc_mudaram} = G_{(anual)VFunc_mudaram} \times N_{Func_mudaram}$	19 149,3 €
		$G_{(anual)VFunc_mudaram}$	306,4 €
		$N_{Func_mudaram}$	62
Gastos dos funcionários que não mudaram de região, mas não residem no concelho onde trabalham	$G_{Func_Nmudaram} = (G_{(mensal_A)Func_Nmudaram} + G_{(mensal_T)Func_Nmudaram}) \times N_{Func_Nmudaram} \times 12$		38 487,90 €
	$G_{(mensal_A)Func_Nmudaram}^{24}$		220,0 €
	$G_{(mensal_T)Func_Nmudaram}$		139,7 €
	$N_{Func_Nmudaram}$		9

Fonte: Elaboração própria.

Na tabela 25 observa-se que, durante o ano de 2012, os funcionários do IPB introduziram na região quase 700 mil euros, sendo a quase totalidade referente aos indivíduos que mudaram de concelho de residência para trabalhar no IPB.

²⁴ Valor estabelecido como o mais consensual e conservador, não tendo sido obtido a partir da amostra. Este valor considera a permanência dos 5 dias por semana no concelho onde trabalham.

3.2.3 Gastos dos alunos

Relativamente aos alunos, o valor estimado compreende dois tipos de efeitos: o efeito exportação, que se refere aos gastos diretos dos alunos que vieram estudar de outras regiões para o IPB e os gastos das suas visitas, e o efeito substituição de importação, que se refere aos gastos dos alunos locais que teriam ido estudar para outras regiões, caso o IPB não existisse.

No inquérito aos alunos, apresentado anteriormente, estimou-se que 63,7% dos alunos da amostra mudou de residência para estudar numa das escolas do IPB localizada em Bragança, o que extrapolando para a população significa que 4.302 alunos mudaram de residência. Dos alunos que não mudaram de residência 53,3% iria estudar para uma instituição localizada fora da região, caso não tivesse ingressado no IPB, ou seja, 1.307 alunos.

O efeito exportação foi calculado a partir dos gastos dos alunos que mudaram para Bragança ou Mirandela e das suas visitas.

O efeito substituição de importação obteve-se a partir dos gastos dos alunos da região que teriam ido estudar para fora da região, caso não tivessem entrado no IPB.

O gasto total anual dos alunos do IPB foi obtido através da seguinte expressão,

$$GA_{Alunos_IPB} = G_{Alunos_mudaram} + G_{VAlunos_mudaram} + G_{Alunos_Nmudaram},$$

onde:

$G_{Alunos_Mudaram}$: Gasto anual dos alunos que mudaram de região;

$$G_{Alunos_Mudaram} = G_{(mensal)Alunos_mudaram} \times N_{Alunos_mudaram} \times 12$$

$G_{(mensal)Alunos_mudaram}$: Gasto mensal dos alunos que mudaram de residência para Bragança ou Mirandela, retirado do inquérito aos alunos;

$N_{Alunos_mudaram}$: Número de alunos que mudou a residência para Bragança ou Mirandela, retirado do inquérito aos alunos;

$G_{VAlunos_mudaram}$: Gasto anual das visitas aos alunos que mudaram de residência;

$$G_{VAlunos_mudaram} = G_{(anual)VAlunos_mudaram} \times N_{Alunos_mudaram}$$

$G_{(anual)VAlunos_mudaram}$: Gasto anual das visitas aos alunos que mudaram de residência para Bragança ou Mirandela, retirado do inquérito aos alunos;

$G_{Alunos_Nmudaram}$: Gasto anual dos alunos que não mudaram de residência, mas teriam ido estudar para outro local se não entrassem no IPB;

$$G_{Alunos_Nmudaram} = G_{(mensal)Alunos_Nmudaram} \times N_{Alunos_Nmudaram} \times 12$$

$G_{(mensal)Alunos_Nmudaram}$: Gasto mensal dos alunos que não mudaram de residência, e teriam ido estudar para outro local, retirado do inquérito aos alunos;

$N_{Alunos_Nmudaram}$: Número de alunos que não mudou de residência e teria ido estudar para outro local, retirado do inquérito aos alunos.

O impacto dos alunos em Bragança e Mirandela, durante o ano de 2012, está resumido na tabela 26, ultrapassando os 33 milhões de euros.

Verifica-se que o impacto dos alunos é bastante superior ao dos docentes e funcionários pois, apesar de mensalmente gastarem um valor médio inferior, os alunos são cerca de 10 vezes mais do que o número de docentes e funcionários.

Tabela 26 – Gasto anual direto dos alunos do IPB na região

			Valor obtido
Gasto anual direto dos alunos do IPB em Bragança e Mirandela			33.264.158,8 €
$GA_{Alunos_Bragança} = G_{Alunos_mudaram} + G_{VAlunos_mudaram} + G_{Alunos_Nmudaram}$			
Efeito exportação	Gastos dos alunos que mudaram de região	$G_{Alunos_Mudaram} = G_{(mensal)Alunos_mudaram} \times N_{Alunos_mudaram} \times 12$	25.647.030,9 €
		$G_{(mensal)Alunos_mudaram}$	496,8 €
		$N_{Alunos_mudaram}$	4.302
	Gasto das visitas	$G_{VAlunos_mudaram} = G_{(anual)VAlunos_mudaram} \times N_{Alunos_mudaram}$	734.584,0 €
		$G_{(anual)VAlunos_mudaram}$	170,7 €
		$N_{Alunos_mudaram}$	4.302
Efeito substituição de importação	Gastos dos alunos locais que iriam estudar para outra região	$G_{Alunos_Nmudaram} = G_{(mensal)Alunos_Nmudaram} \times N_{Alunos_Nmudaram} \times 12$	6.882.543,9 €
		$G_{(mensal)Alunos_Nmudaram}$	438,8 €
		$N_{Alunos_Nmudaram}$	1.307

Fonte: Elaboração própria.

Conforme se observa na tabela 26, a principal contribuição para o impacto dos alunos provém dos gastos dos alunos que vieram estudar para Bragança ou Mirandela provenientes de outras regiões, atingindo os 33 milhões de euros.

3.2.4 Gastos da instituição

Consideraram-se os gastos da instituição como o total gasto em bens e serviços nos concelhos de Bragança e Mirandela. Assim, do total dos gastos da instituição, que em 2012 ascenderam a 4.323.297,2 euros, foram gastos nos concelhos em estudo cerca de 18%, ou seja, 788.704,1 euros.

3.2.5 Resumo dos valores

O impacto direto do IPB em 2012, na região de Bragança e Mirandela, sob a forma de gastos diretos, ascende a quase 39 milhões de euros (tabela 27).

Tabela 27 – Impacto direto do IPB na região em 2012

	Valor obtido
Impacto direto total do IPB na região (1+2+3+4)	38.973.670,1 €
(1) Gasto anual dos docentes	4.229.841,6 €
(2) Gasto anual dos funcionários	690.965,6 €
(3) Gasto anual dos alunos	33.264.158,8 €
(4) Gasto anual da instituição	788.704,1 €

Fonte: Elaboração própria.

Aos valores descritos na tabela 27 foi aplicado um multiplicador de 1,7. O valor utilizado foi determinado a partir da média e da mediana dos vários multiplicadores utilizados em diferentes estudos (Fernandes, 2009).

Quando se aplica o multiplicador de 1,7 aos gastos anuais obtém-se um impacto anual total do IPB na região de Bragança e Mirandela, que corresponde ao impacto direto e indireto, no total de 66.255.239,2 euros.

Este impacto no ano de 2012 corresponde a 11,02 % do PIB da região (Bragança e Mirandela). Por outro lado, por cada euro, dos 16.025.345 euros, transferidos pelo Estado em 2012 para o financiamento do IPB, gera-se um nível de atividade económica de 4,13 euros na região.

Utilizando o conceito de produtividade aparente é possível converter o impacto económico em número de empregos gerados. Desta forma, o número de empregos associados à existência do IPB corresponde ao valor do impacto a multiplicar pelo inverso da produtividade aparente, que em 2010 era de 20.402 euros para a região NUT III Alto Trás-os-Montes. Assim, o número de empregos associados à existência do IPB, em 2012, ascende aos 1.910 (na perspetiva pessimista utilizando um multiplicador de 1,0) e aos 3.247 (na perspetiva otimista com um multiplicador de 1,7), que, em 2012, corresponde entre 7,6% e 12,9% da população ativa dos concelhos de Bragança e Mirandela. Caso se utilize o conceito de produtividade aparente de Portugal continental o número de empregos gerados decresce 32,9%.

3.3 Síntese dos resultados obtidos

Com base nos cálculos anteriores, para o ano de 2012 obtiveram-se os seguintes resultados para o impacto direto:

1. Docentes: O gasto anual direto estimado para 2012, considerando 449 docentes ascendeu aos 4,2 milhões de euros repartidos por 3,4 milhões de euros dos gastos dos docentes que mudaram de região, 100 mil euros das visitas que esses docentes receberam e 700 mil euros dos gastos dos docentes que não mudaram de região, mas não residem no concelho onde trabalham;
2. Funcionários: O gasto associado a estes indivíduos é de 690 mil euros, repartidos por 630 mil euros dos gastos dos funcionários que mudaram de região, 20 mil euros das visitas que esses funcionários receberam e quase 40 mil euros dos gastos dos funcionários que não mudaram de região, mas não residem no concelho onde trabalham;
3. Alunos: O gasto dos alunos na região ultrapassou os 33 milhões de euros, repartidos por 25,6 milhões de euros dos gastos dos alunos que mudaram de região, 630 mil

euros das visitas que receberam e, o total do efeito de substituição de importação, como gastos dos alunos locais que iriam estudar para outra região, ascendeu a quase 7 milhões de euros;

4. O último valor considerado foi o gasto da instituição na aquisição de bens e serviços na região, que em 2012 foi aproximadamente 790 mil euros.

Destes valores, foi possível estimar **o impacto total do IPB na região de Bragança**. Em 2012, o impacto total, englobando o impacto direto, indireto e induzido, considerando um multiplicador de 1,7, **foi de 66,2 milhões de euros**²⁵. Este impacto no ano de 2012 corresponde a 11,02% do PIB da região (Bragança e Mirandela).

Considerando que o orçamento transferido pelo estado para o IPB, referente a 2012, foi de 16,0 milhões de euros²⁶, pode-se afirmar que **por cada euro gasto pelo Estado no financiamento do IPB, gerou-se um nível de atividade económica nos concelhos de Bragança e Mirandela, numa perspetiva pessimista (multiplicador 1,0) de 2,43 e numa perspetiva otimista (multiplicador 1,7) de 4,13 euros**.

Utilizando o conceito de produtividade aparente da região NUT III Alto Trás-os-Montes é possível converter o impacto económico em número de empregos gerados. Assim, o número de empregos ascende aos 1.910, na perspetiva pessimista, e aos 3.247, na perspetiva otimista (valores que reduzem 32,9%, para 1.281 e 2.178, respetivamente, quando se utiliza o valor da produtividade aparente de Portugal continental). Verifica-se que, em 2012, o número de indivíduos com atividade profissional atribuída à presença do IPB corresponde entre 7,6% e 12,9% da população ativa dos concelhos de Bragança e Mirandela.

²⁵ O valor exato obtido foi 66.255.239,2 euros.

²⁶ O valor exato transferido do Orçamento de Estado em 2012 é 16.025.345 euros (*cf.* Informação oficial do IPB).

4 – COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS EM 2007 E 2012

Os resultados obtidos nos capítulos anteriores permitiram a caracterização dos indivíduos diretamente relacionados com o IPB, bem como determinar o impacto económico do IPB na região, no ano 2012.

No entanto, tendo em consideração o estudo realizado em 2007, foi possível analisar as alterações que se verificaram de 2007 a 2012, quer em termos da constituição dos recursos humanos do IPB e dos alunos inscritos, quer em termos dos gastos destes indivíduos e do seu impacto na região.

Nos pontos seguintes apresentam-se as comparações para os docentes, funcionários e alunos do IPB entre os anos 2007 e 2012.

4.1 Resultados dos funcionários docentes 2007-2012

Os funcionários docentes do IPB foram caracterizados individual e familiarmente, por padrões de gastos e impacto total. As tabelas 28 e 29 descrevem os valores obtidos para os docentes nos anos 2007 e 2012.

Tabela 28 – Caracterização dos docentes

	2007	2012
Total de docentes	396	449
% feminina	46,7%	54,2%
Idade média	36,6 anos	41,3 anos
Número de anos a trabalhar no IPB	9,9 anos	10,6 anos
% docentes que mudou de residência para trabalhar no IPB	48,8%	31,3%
Índice sintético de fertilidade (ISF)	0,54 filhos	0,5 filhos
A idade média do filho mais novo	7,2 anos	12,2 anos

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes e Fernandes et al. (2008).

Enquanto em 2007 os docentes eram maioritariamente masculinos com uma idade média de 36,6 anos, em 2012 a tendência inverteu-se e os docentes são na sua maioria mulheres e apresentam uma média de idades de 41,3 anos. A média de idades mais elevada é justificada com a simples evolução temporal, da mesma forma que se constata que o número de anos a

trabalhar para o IPB aumentou de 9,9 para 10,6 anos. Regista-se uma menor percentagem de indivíduos a mudar de residência para trabalhar no IPB .

Na tabela 29 apresentam-se os rendimentos auferidos e gastos pelos funcionários docentes do IPB por categoria de gasto.

Tabela 29 – Caracterização dos rendimentos e gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes 2007-2012
(todos os valores com referência a 2012 e em euros)

Categoria	Ano 2007^(f)	Ano 2012
Alojamento	457,2	412,7
Alimentação	440,4	482,1
Educação filhos	317,7	334,8
Transportes	228,7	213,0
Bens pessoais	191,0	155,6
Despesas Correntes	153,2	195,1
Material escolar	112,7	75,0
Saúde	105,6	69,6
Lazer	80,8	58,6
Material informático	69,6	50,8
Outras despesas	339,2	97,8
Gasto médio mensal total	1.959,5	2.029,1
Poupança média mensal	372,1	336,7
Rendimento ilíquido médio mensal	3.218,5	3.536,9

(f) Valores capitalizados para o ano de 2012, através da aplicação do coeficiente de desvalorização da moeda de 1,07 conforme Portaria n.º 401/2012, de 6 de dezembro, DR n.º 236–Série I.

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes e Fernandes et al. (2008).

O agregado familiar dos docentes aumentou o seu rendimento ilíquido médio mensal, passando do cerca de 3.200 euros em 2007 para 3.500 euros em 2012 o que representa um acréscimo 9,9% enquanto as despesas globais apresentam um aumento de apenas 3,6%.

Nas principais diferenças encontradas nas várias categorias das despesas realça-se o facto de ter diminuído o gasto com o alojamento (em 9,7%) e de ter aumentado o gasto com a alimentação (em 9,5%). Assim, enquanto em 2007 o alojamento era a principal despesa mensal, em 2012 a alimentação passa a ser a categoria que consome mais dos rendimentos dos docentes.

Todas as outras categorias de despesa apresentaram uma redução em 2012 comparativamente a 2007, sendo a única exceção as despesas correntes. Por outro lado, mesmo havendo uma redução dos gastos verifica-se que também a poupança média diminuiu de 372,1 para 336,7 euros, de 2007 para 2012, respetivamente.

4.2 Resultados dos funcionários não docentes 2007-2012

Os funcionários não docentes do IPB foram caracterizados em termos de caracterização individual e familiar, padrões de gastos e impacto total.

Tabela 30 – Caracterização dos funcionários

	2007	2012
Total de funcionários	233	214
% feminina	54,9%	54,2%
Idade média	42,9 anos	42,0 anos
Número de anos a trabalhar no IPB	11,8 anos	14,4 anos
% funcionários que mudou de residência para trabalhar no IPB	21,2%	29,2%
Índice sintético de fertilidade (ISF)	1,48 filhos	1,5 filhos
A idade média do filho mais novo	15,4 anos	17,9 anos

Fonte: Questionário *on-line* aos funcionários e Fernandes *et al.* (2008).

Relativamente aos funcionários não docentes, verifica-se que se manteve a maioria feminina e o número de anos a trabalhar para o IPB aumentou de 11,8 anos em 2007 para 14,4 anos em 2012, o que contempla o aumento da idade dos funcionários.

Verifica-se que há uma maior percentagem a mudar de residência para trabalhar no IPB, o que poderá ser explicado pela cada vez maior exigência dos cargos e respetivas qualificações e especificidades, o que por vezes não é possível de conseguir nos candidatos da região.

Na tabela 31 apresentam-se os rendimentos auferidos e os gastos pelos funcionários não docentes do IPB por categoria de gasto.

O agregado familiar dos funcionários aumentou ligeiramente o seu rendimento ilíquido médio mensal, passando de cerca de 1.750 euros em 2007 para 1.800 euros em 2012 o que representa um acréscimo de 3,4%. No entanto, as despesas médias mensais reduziram significativamente passando de 1.500 euros para 1.050 em 2012, o que representa uma redução de 30,5%. Em relação a este valor, a explicação possível poderá estar relacionada com os anos de crise económica e redução do índice de confiança do consumidor que se refletem numa maior redução nos gastos. Nos anos a que se refere este estudo o indicador de sentimento económico²⁷ (cujo valor representa a variação em relação ao valor médio

²⁷ O seu valor representa a variação em relação a um valor médio de quinze anos (de 1990 a 2006), que é tomado como

registado entre 1990 e 2006 e que é tomado como base 100) é bastante baixo atingindo 77,0 em Maio de 2012, enquanto na média da UE o indicador para o mesmo período registava 90,5 (Banco de Portugal, 2012).

Tabela 31 – Caracterização dos rendimentos e gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários 2007-2012
(todos os valores com referência a 2012 e em euros)

Categoria	Ano 2007^(g)	Ano 2012
Alojamento	400,5	246,0
Alimentação	457,9	260,4
Educação filhos	229,9	177,8
Transportes	157,6	117,1
Bens pessoais	129,6	77,3
Despesas Correntes	118,2	95,6
Material escolar	73,0	18,8
Saúde	83,0	37,3
Lazer	42,8	24,6
Material informático	51,4	13,3
Outras despesas	224,6	22,9
Gasto médio mensal total	1.507,0	1.046,7
Poupança média mensal	126,4	85,5
Rendimento líquido médio mensal	1.758,9	1.819,3

(g) Valores capitalizados para o ano de 2012, através da aplicação do coeficiente de desvalorização da moeda de 1,07 conforme Portaria n.º 401/2012, de 6 de dezembro, DR n.º 236–Série I.

Fonte: Questionário *on-line* aos funcionários e Fernandes et al. (2008).

Nas principais diferenças encontradas nas várias categorias das despesas sobressai o facto de terem diminuído consideravelmente todas as categorias de despesa, realçando-se que as principais categorias, alojamento e alimentação, apresentaram uma redução de 38,6% e 43,1%, respetivamente.

4.3 Resultados dos alunos 2007-2012

Os alunos do IPB foram também descritos individual e familiarmente, por padrões de gastos e impacto total.

base 100 (Fundação Manuel dos Santos, disponível em <http://www.conhecercrise.com/indicador/101/indice-de-sentimento-economico>),

Tabela 32 – Caracterização dos alunos

	2007	2012
Total de alunos ^(h)	6.045	6.754
% feminina	63,6%	60,5%
Idade média	23,5 anos	25,9 anos
% alunos trabalhadores-estudantes	13,6%	31,5%
Número de anos a frequentar o IPB	2,4 anos	1,9 anos
% alunos que mudou de residência para estudar no IPB	73,5%	63,7%
Acesso por via contingente geral	68,0%	71,0%
% alunos que pretende permanecer na região após concluir grau ensino	26,5%	40,3%

(h) Devido ao estudo em 2012 ter considerado a totalidade de alunos em todos os ciclos, ajustou-se também o valor do estudo de 2007 (5.119 alunos do 1º ciclo) para a totalidade de alunos do IPB (1º e 2º ciclo representavam 6.045 alunos).

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes e Fernandes et al. (2008).

O número de alunos que frequenta o IPB aumentou de 2007 para 2012, cerca de 11,7%. A maioria continua a ser feminina, apesar de a amostra indicar uma ligeira diminuição.

A idade média aumentou de 23,5 anos para 25,9 anos, o que pode ser explicado, não pelo aumento do número de anos a frequentar o IPB, mas pelo aumento de alunos trabalhadores-estudantes, cuja média de idades é bastante mais elevada que a dos alunos ordinários. De facto, o número de anos a frequentar o IPB diminuiu de 2,4 para 1,9 anos o que sugere um aumento na taxa de sucesso dos alunos.

Verifica-se uma redução no número de alunos que mudou de residência para frequentar o IPB, passando de 73,5% para 63,7%, o que poderá estar relacionado com os anos de crise e que obrigaram algumas famílias a optar pelo ensino superior disponível na região por falta de meios para poder ir estudar noutra região. Esta constatação é reforçada pelo facto de que o número de alunos que pretende permanecer na região após a conclusão do grau de ensino é consideravelmente maior, tendo aumentado de 26,5% para 40,3%.

Na tabela 33 apresentam-se os valores gastos pelos alunos do IPB por categoria de gasto.

Tabela 33 – Caracterização dos gastos médios mensais dos alunos 2007-2012
(todos os valores com referência a 2012 e em euros)

Categoria	Ano 2007⁽ⁱ⁾	Ano 2012
Alojamento	138,0	89,8
Alimentação	127,0	92,7
Propinas e taxas	67,8	122,5
Transportes	105,2	140,3
Bens pessoais	61,0	23,6
Material escolar	51,8	30,5
Saúde	31,9	9,4
Lazer	34,6	20,2
Material informático	50,4	17,3
Outras despesas	90,8	11,6
Bens intangíveis	286,0	91,4
Gasto das visitas	12,0	14,2
Gasto médio mensal dos alunos que mudaram de residência	533,8	496,8

(i) Valores capitalizados para o ano de 2012, através da aplicação do coeficiente de desvalorização da moeda de 1,07 conforme Portaria n.º 401/2012, de 6 de dezembro, DR n.º 236–Série I.

Fonte: Questionário *on-line* aos alunos e Fernandes et al. (2008).

A análise da tabela 33 permite verificar que os alunos apresentam uma clara contração nos gastos mensais, tendo reduzido os gastos médios mensais em 6,9%. À exceção das propinas e taxas e das despesas com transportes, que são gastos estabelecidos pela instituição e no caso dos transportes devido às variações nos combustíveis e atualizações de preços de bilhetes, todas as outras categorias de gastos apresentam reduções consideráveis.

Esta situação não será alheia ao contexto de crise económica vivida nos últimos anos, havendo uma redução de quase 7% nos gastos médios mensais dos alunos.

4.4 Resultados do impacto do IPB nas regiões de Bragança e Mirandela 2007-2012

Os resultados obtidos para o ano de 2007 e 2012 estão representados na tabela 34. Nesta tabela apresentam-se os valores por fonte de impacto (docentes, funcionários, alunos e instituição) e o impacto total em valor e em percentagem do PIB regional.

Tabela 34 – Resultado dos impactos do IPB na região
(todos os valores com referência a 2012 e em euros)

	2007 ^(j)	2012
(1) Gasto anual dos docentes (total docentes*gasto médio mensal)	4.874.189,7 €	4.229.841,6 €
(2) Gasto anual dos funcionários (total funcionários*gasto médio mensal)	960.579,3 €	690.965,6 €
(3) Gasto anual dos alunos (total alunos*gasto médio mensal)	30.577.456,43 € ^(k)	33.264.158,8 €
(4) Gasto anual da instituição	976.072,9 €	788.704,1 €
Impacto direto	37.388.298,33 €	38.973.670,1 €
Impacto total (multiplicador 1,7)	63.560.107,16 €	66.255.239,2 €
Impacto no PIB regional	9,68%	11,02%
Nível de atividade económica gerada	2,75	4,13
Número de empregos	3.143 ^(l)	3.247

(j) Valores capitalizados para o ano de 2012, através da aplicação do coeficiente de desvalorização da moeda de 1,07 conforme Portaria n.º 401/2012, de 6 de dezembro, DR n.º 236-Série I.

(k) Estes valores foram ajustados para 6.045 alunos que efetivamente estavam matriculados no ano 2007, tendo sido feita uma aproximação por regra de três simples.

(l) Originalmente foram considerados 3.378 empregos criados, mas para normalizar a alteração realizada ao modelo em 2012 foi necessário reduzir ao valor o número de docentes (396) e funcionários (233) do IPB, dado que se considerou que eram contabilizados duas vezes. Ajustou-se depois ao valor corrigido em (k).

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes e Fernandes et al. (2008).

- De acordo com os valores registados na tabela 34, verifica-se que o impacto do IPB na região aumentou consideravelmente passando de cerca de 55,5 milhões de euros para 66 milhões de euros, ou seja, houve um aumento de 19,2% o que pode ser explicado no contexto de crise e contenção económica pelo aumento de alunos inscritos no IPB e considerados no estudo. De facto, apesar de ter havido uma redução no gasto médio mensal por aluno e de se ter reduzido a percentagem de alunos provenientes de outras regiões, o único valor que aumentou significativamente e que contribui para este aumento de impacto do IPB foi o aumento do número total de alunos.

- Verifica-se que, mesmo no contexto desfavorável, o impacto do IPB aumentou substancialmente a sua participação no PIB regional verificando-se que teve uma contribuição de 8,7% em 2007 e passou para 11,0% em 2012. De facto, enquanto o valor nominal aumentou 19% o seu impacto no PIB regional aumentou quase 27%. Para esta variação contribuiu também o decréscimo do PIB regional considerado que em 2007 era de 631 milhões (valor capitalizado para 2012) e em 2012 registava 601 milhões de euros.

Conforme referido anteriormente o IPB tem quatro escolas localizadas em Bragança e uma em Mirandela, assim, para estimar o impacto total do IPB na região é relevante calcular os valores para as regiões separadamente. Estes valores foram estimados em função da proporção de docentes, funcionários, e alunos de cada região e os indicadores oficiais referem-se a 31/12/2011 (cf. Tabela 35). No caso da própria instituição considerou-se que as despesas em cada região eram também proporcionais à média de todos os indivíduos do IPB localizados em cada uma das regiões.

Tabela 35 – Proporções a considerar no cálculo do impacto por região

	Total de indivíduos do IPB (Bragança e Mirandela)	Bragança	Mirandela
Docentes	449	87,1%	12,9%
Funcionários	214	94,4%	5,6%
Alunos	6.754	86,6%	13,4%
Instituição (média dos 3 anteriores)	100%	89,4%	10,6%

Fonte: Dados oficiais do IPB.

A tabela seguinte (tabela 36) resume os valores para o ano 2012 para o IPB (considerando Bragança e Mirandela conjuntamente) e separadamente para a Bragança e para Mirandela.

Tabela 36 – Resumo do impacto do IPB em 2012

	IPB (Bragança e Mirandela)	Bragança	Mirandela	
(1) Gasto anual dos docentes	4.229.841,6 €	3.684.192,06 €	545.649,57 €	
(2) Gasto anual dos funcionários	690.965,6 €	652.271,50 €	38.694,07 €	
(3) Gasto anual dos alunos	33.264.158,8 €	28.806.761,52 €	4.457.397,28 €	
(4) Gasto anual da instituição	788.704,1 €	705.101,47 €	83.602,63 €	
PIB para 2012	601 Milhões ²⁸	401 Milhões	204 Milhões	
População ativa em 2012	25.127	15.411	9.716	
Perspetiva pessimista (multiplicador 1,0)	Impacto direto total do IPB na região (1+2+3+4)	38.973.670,1 €	33.848.326,55 €	5.125.343,56 €
	Contribuição para o PIB	6,49%	8,4%	2,5%
	Número de empregos associados (NUT III)	1.910 <i>(7,6% população ativa)</i>	1.659	251
	Nível de atividade gerado ⁱ (por cada euro financiado pelo estado)	2,43 €	2,4	3,0
Perspetiva Otimista (multiplicador 1,7)	Impacto Total (direto, indireto e induzido)	66.255.239,2 €	57.542.155,13 €	8.713.084,05 €
	Contribuição para o PIB	11,02%	14,4%	4,3%
	Número de empregos associados (NUT III)	3.247 <i>(12,9% população ativa)</i>	2.820	427
	Nível de atividade gerado (por cada euro financiado pelo estado)	4,13 €	4,0	5,1

Fonte: Elaboração própria.

Conforme se observa na tabela 36 e se apresentou no capítulo anterior, em 2012, o impacto total do IPB na região de Bragança e Mirandela foi de 66,2 milhões de euros, o que corresponde a 11,02% do PIB da região (Bragança e Mirandela).

Por cada euro gasto pelo Estado no financiamento do IPB, gerou-se um nível de atividade económica nos concelhos de Bragança e Mirandela, numa perspetiva pessimista (multiplicador 1,0) de 2,43 e numa perspetiva otimista (multiplicador 1,7) de 4,13 euros.

Em 2012, o número de indivíduos com atividade profissional atribuída à presença do IPB corresponde entre 7,6% e 12,9% da população ativa dos concelhos de Bragança e Mirandela.

²⁸ O valor do PIB conjunto para as duas regiões foi considerado de forma ponderada para ser conforme ao cálculo efetuado pelos outros institutos politécnicos.

A tabela 37 compara os valores obtidos em 2007 e 2012.

Tabela 37 – Resumo do impacto do IPB em 2007 e 2012
(todos os valores com referência a 2012)

		IPB 2007 (Bragança e Mirandela)	IPB 2012 (Bragança e Mirandela)
(1) Gasto anual dos docentes		4.874.189,7 €	4.229.841,6 €
(2) Gasto anual dos funcionários		960.579,3 €	690.965,6 €
(3) Gasto anual dos alunos		25.893.465,6 €	33.264.158,8 €
(4) Gasto anual da instituição		976.072,9 €	788.704,1 €
PIB para o ano de referência		631 milhões €	601 milhões €
Perspetiva pessimista (multiplicador 1,0)	Impacto direto total do IPB na região (1+2+3+4)	32.704.307,5 €	38.973.670,1 €
	Contribuição para o PIB	4,84%	6,49%
	Número de empregos associados (NUT III)	1.617 <i>(5,1% população ativa)</i>	1.910 <i>(7,6% população ativa)</i>
	Nível de atividade gerado (por cada euro financiado pelo estado)	1,37	2,43 €
Perspetiva Otimista (multiplicador 1,7)	Impacto Total (direto, indireto e induzido)	55.597.322,8 €	66.255.239,2 €
	Contribuição para o PIB	8,23%	11,02%
	Número de empregos associados (NUT III)	2.749 <i>(8,6% população ativa²⁹)</i>	3.247 <i>(12,9% população ativa)</i>
	Nível de atividade gerado (por cada euro financiado pelo estado)	2,33	4,13

Fonte: Elaboração própria.

A comparação entre o ano 2007 e 2012 apresentada na tabela 37 demonstra que houve um aumento do impacto do IPB na região, não só em termos de valor (que poderia ser justificado com o aumento do número de alunos), mas também em termos de contribuição para o PIB das regiões em análise.

Com base no aumento do valor nominal do impacto observa-se que todos os indicadores apresentam um aumento no ano 2012 comparativamente a 2007, nomeadamente o número de empregos gerados e o nível de atividade económica gerada na região por cada euro de financiamento estatal.

²⁹ Em estudos anteriores (e.g. Fernandes, 2009) este valor ascende aos 10,6% da população ativa porque se consideram os 3.378 empregos gerados. No entanto, nesta análise o valor foi ajustado para 2.749, tendo-se retirado o total de funcionários docentes e não docentes do IPB, por forma a não se contabilizar duas vezes estes indivíduos.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo descreve a determinação do impacto económico do IPB na região de Bragança e Mirandela, no ano de 2012.

Para esse cálculo foi necessário obter informação dos indivíduos diretamente relacionados com a instituição, nomeadamente docentes, funcionários e alunos, e, da própria instituição, de forma a identificar e analisar os padrões de gastos.

Com base nesta informação, utilizando um modelo simplificado de estudo de impactos (Fernandes, 2009), determinou-se que o impacto do IPB na região ascende aos 66,2 milhões de euros que correspondem a 11,02% do PIB de Bragança e Mirandela. Por cada euro gasto pelo Estado no financiamento do IPB, gerou-se um nível de atividade económica nos concelhos de Bragança e Mirandela, numa perspetiva pessimista (multiplicador 1,0) de 2,43 e numa perspetiva otimista (multiplicador 1,7) de 4,13 euros.

Utilizando o conceito de produtividade aparente do trabalho da região NUT III Alto Trás-os-Montes é possível converter o impacto económico em número de empregos gerados. Assim, o número de empregos ascende aos 1.910, na perspetiva pessimista, e aos 3.247, na perspetiva otimista (valores que reduzem 32,9%, para 1.281 e 2.178, respetivamente, quando se aplica a produtividade aparente de Portugal continental). Verifica-se que, em 2012, o número de indivíduos com atividade profissional atribuída à presença do IPB corresponde entre 7,6% e 12,9% da população ativa dos concelhos de Bragança e Mirandela.

De facto, o IPB é o segundo maior empregador em termos de número de funcionários, sendo o maior (quase *ex aequo*) o Centro Hospitalar do Nordeste e é a segunda maior empresa, em termos de volume de negócio na região, sendo a maior a empresa *Faurecia - Sistemas de Escape Portugal Lda*.

Foi ainda possível analisar as diferenças e a evolução verificada nos padrões de gastos dos indivíduos do IPB, dado que já em 2007 tinha sido realizado um estudo semelhante. Através da capitalização dos dados obtidos em 2007 para o ano 2012 foi possível verificar que:

- O agregado familiar dos docentes aumentou o seu rendimento líquido médio mensal em 9,9% enquanto as despesas globais apresentam um aumento de apenas 3,6%. Nas principais diferenças encontradas nas várias categorias das despesas realça-se o facto de ter diminuído o gasto com o alojamento (em 9,7%) e de ter aumentado o gasto com a alimentação (em 9,5%). Mesmo havendo uma redução dos gastos verifica-se que também a poupança média diminuiu de 372,1 para 336,7 euros, de 2007 para 2012, respetivamente.
- O agregado familiar dos funcionários aumentou o seu rendimento líquido médio mensal em 3,4%. No entanto, as despesas médias mensais foram reduzidas, passando de 1.500 euros para 1.050 em 2012, o que representa uma diminuição de 30,5%. Quanto às principais diferenças encontradas nas várias categorias de despesa realça-se o facto de a generalidade ter visto o seu valor diminuir significativamente, sendo que as principais categorias, alojamento e alimentação, apresentaram uma redução de 38,6% e 43,1%, respetivamente.
- O número de alunos que frequenta o IPB aumentou cerca de 11,7% de 2007 para 2012, verificando-se, simultaneamente, uma redução no número de alunos que mudou de residência para frequentar o IPB, tendo passado de 73,5% para 63,7%. Os alunos reduziram os gastos médios mensais em 6,9%, e, à exceção das propinas e taxas e das despesas com transportes, todas as outras categorias de gastos apresentam reduções consideráveis.

Este estudo permite tirar várias conclusões. A primeira é que o IPB se localiza numa região bastante desfavorecida que enfrenta sérios problemas de envelhecimento e desertificação.

O IPB é um dos principais motores da região, impulsionando o emprego e movimento económico que de outra forma não existiria na região.

Neste contexto de crise, a existência e ação do IPB é de suporte fundamental à região, evitando a sua desertificação, através da sua capacidade de atrair e reter indivíduos e estimulando assim a economia local, e garantindo o acesso ao ensino superior aos seus habitantes, o que no atual contexto económico assume maior relevância. De facto, verifica-se uma redução no número de alunos que mudou de residência para frequentar o IPB, passando de 73,5% para 63,7%, o que poderá estar relacionado com os anos de crise e que

obrigaram algumas famílias a optar pelo ensino superior disponível na região por falta de meios para poder ir estudar noutra região. Esta análise é reforçada pelo facto de que o número de alunos que pretende permanecer na região após a conclusão do grau de ensino é consideravelmente maior, tendo aumentado de 26,5% para 40,3%. Este dado reforça a posição do IPB como elemento que garante a igualdade no acesso à formação de nível superior dado que caso o IPB não existisse na região uma parte dos alunos não teria ingressado no ensino superior.

A importância do IPB é ainda mais vital quando se comparam os valores obtidos em 2007 e os obtidos em 2012 e se verifica que, mesmo no atual contexto de crise e de contração do consumo por parte de todas as fontes de impacto consideradas, o IPB aumentou o seu impacto no PIB regional (passando de 8,23% para 11,02% do PIB regional) e aumentou o nível de atividade económica gerada na região por cada euro financiado pelo Estado tendo passado de 2,33 em 2007 para 4,13 euros em 2012.

Realça-se que o impacto do IPB na região aumentou consideravelmente passando de cerca de 55,5 milhões de euros, em 2007, para 66 milhões de euros, em 2012, o que corresponde a um aumento de 19%. De salientar, no entanto, que o peso relativo da atividade económica relacionada com a existência do IPB no PIB local aumentou quase 27%.

Em conclusão, é de sublinhar que este estudo se centrou exclusivamente na vertente dos impactos económicos de curto prazo, numa abordagem pelo lado da procura, e, apesar de se terem identificado vários impactos de longo prazo estes não foram contemplados no estudo pela diferente metodologia requerida. Como tal, o impacto total do IPB, que se pretende apresentar futuramente nas duas vertentes, será muito superior ao aqui calculado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO DE PORTUGAL (2012). *Indicadores de Atividade económica*. Boletim Estatístico. Disponível em <<http://www.bportugal.pt/>>.

BUCHANAN, D. [et al.] (1994). *The economic impact of Mississippi Valley State University on the local economy, 1992-93*. Mississippi Valley State University. ED 384 280 – HE 027 990.

CAFFREY, J. & ISAACS, H. (1971). *Estimating the impact of a college or university on the local economy*. Washington, DC: American Council on Education. ERIC ED 252100.

FERNANDES, J. (2009). O impacto económico das instituições do ensino superior no desenvolvimento regional: o caso do Instituto Politécnico de Bragança. Tese de Doutoramento. Guimarães: Escola de Engenharia da Universidade do Minho. Disponível em <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/10535>>.

CUNHA, J. et al. (2013). *The Socio-economic impact of a Polytechnic Institution in a local economy: Some insights of field research*. Proceedings of the European Association for Institutional Research - EAIR 35th Annual Forum Rotterdam 2013. Roterdão, Holanda. [<http://hdl.handle.net/10198/9176>]

FERNANDES, J., CUNHA, J. e OLIVEIRA, P. (2008). Instituto Politécnico de Bragança: uma caracterização socioeconómica do ano 2007. Biblioteca Digital do IPB. DCE - Relatórios Técnicos/Científicos. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10198/1214>>.

IBM SPSS Statistics. Disponível em <<http://www-01.ibm.com/software/analytics/spss/>>.

INE, I.P. – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2012a). *Anuário estatístico da Região Norte 2011*. Lisboa, Portugal. ISBN 978-989-25-0174-1.

____ (2012b). *Inquérito às despesas das famílias 2010-2011*. Lisboa, Portugal. ISBN 978-989-25-0168-0

____ (acedido em 05/04/2013). *Principais Indicadores*. Acedido em 05 de Abril de 2013, disponível em <<http://www.ine.pt>>.

____ (2012). *Censos 2011: XV recenseamento geral da população: V recenseamento geral da habitação*. Resultados definitivos Norte. Lisboa, Portugal. ISBN978-989-25-0186-4.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA (acedido em 28/12/2008). Acedido em 28 de Dezembro de 2008, disponível em <<http://www.ipb.pt>>.

JOHNSON, T. (1994). *Estimating the economic impact of a college or university on a nonlocal economy*. Paper presented at the Annual Meeting of the Association for the Study of Higher Education (ASHE). Arizona. ERIC ED 375714. HE 027 798.

MARTINS, S., MAURITTI, R. & COSTA, A. (2005). *Condições socioeconómicas dos estudantes do Ensino Superior em Portugal* (5ª ed.). Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior,

DGES – Direcção-Geral do Ensino Superior. Colecção *Temas e Estudos de Acção Social*. Lisboa.

RAMOS, P. (1998). Estimativas do PIB *per capita* para os concelhos do continente português. *Revista de Estatística*, 3º Quadrimestre de 1998, vol. 3, pp. 29-50.

SEYBERT, J. (2003). *The economic impact of Barton County Community College on its service area 2001-2002*. Office of Institutional Research. Johnson County Community College. 913.469.8500 #3442.

PORDATA (acedido em 13/04/2013). Acedido em 13 de abril de 2013, disponível em <<http://www.pordata.pt>>.

____ ANEXOS ____

- Anexo 1 – Inquérito aos Docentes
- Anexo 2 – Inquérito aos Funcionários
- Anexo 3 – Inquérito aos Alunos

ANEXO 1 – INQUÉRITO AOS DOCENTES

Este inquérito insere-se num projeto de investigação onde se pretende determinar o impacto económico do Instituto Politécnico no desenvolvimento da região, sendo necessário, para isso, a caracterização socioeconómica e profissional dos docentes.

Neste contexto, solicita-se a sua colaboração no preenchimento do mesmo. Os dados recolhidos são **absolutamente confidenciais** e serão tratados tendo como único objetivo o trabalho acima mencionado.

Existem 42 perguntas neste inquérito

1. Caracterização Profissional

1 Qual a sua categoria profissional? *

- Professor Coordenador Principal
- Professor Coordenador
- Professor Adjunto
- Professor Coordenador Convidado ou Equiparado
- Professor Adjunto Convidado ou Equiparado
- Assistente Convidado ou Equiparado
- Monitor
- Outro. Qual?

2 Especifique o seu vínculo laboral *

- Termo certo
- Tempo indeterminado

3 Local onde desempenha as suas funções *

- ESA
- ESE
- ESSa
- ESTiG
- EsACT
- Outro. Qual?

4 Há quantos anos trabalha no Instituto Politécnico? *

_____ anos

5 Quantos dias por semana está, em média, no Instituto Politécnico? *

- 1 dia
- 2 dias
- 3 dias
- 4 dias
- 5 dias

6 Como avalia as instalações do Instituto Politécnico onde trabalha? *

- Muito satisfatórias
- Satisfatórias
- Aceitáveis
- Más
- Muito más

2. Caracterização Pessoal e Familiar

7 Sexo *

- Feminino
- Masculino

8 Idade *

_____ anos

9 Estado civil *

- Solteiro(a)
- Casado(a)
- Separado(a)
- Divorciado(a)
- União de facto
- Viúvo(a)

10 Habilitações académicas *

- Bacharelato
- Licenciatura
- Mestrado

- Doutoramento
- Outro. Qual?

11 Qual o concelho de residência antes de ser docente do Instituto Politécnico de Leiria? *

12 Qual o seu concelho de residência atual? *

13 Mudou de concelho de residência para desempenhar as suas funções no Instituto Politécnico? *

- Sim
- Não

14 O seu agregado familiar reside consigo? *

- Sim
- Não

15 Quantas pessoas constituem o seu agregado familiar? *

_____ pessoas

16 Tem filhos? *

- Sim
- Não

17 Quantos filhos tem? *

(só responde: Tem filhos_SIM)

18 Qual a idade do mais novo? *

(só responde: Tem filhos_SIM)

_____ anos

19 Indique o número de filhos e o respetivo ciclo em que se encontram: *

(só responde: Tem filhos_SIM)

	Ensino Público	Ensino Privado
Infantário		
1º Ciclo		

	Ensino Público	Ensino Privado
2º Ciclo		
3º Ciclo		
Secundário		
Superior		
Outro/Não aplicável		

20 Qual o outro ciclo de ensino que o(s) seus(s) filho(s) frequenta(m)? / Porque não se aplica? *

3. Condições de Vida

21 Qual o tipo de alojamento durante o semestre letivo? *

- Quarto Arrendado
- Casa dos pais/familiares
- Casa/apartamento próprio
- Casa/apartamento arrendado
- Outro. Qual?

22 Qual o rendimento ilíquido médio mensal do seu agregado familiar *

- Até 970€
- Entre 971€ e 1 940€
- Entre 1 941€ e 2 910€
- Entre 2 911€ e 3 880€
- Entre 3 881€ e 4 850€
- Entre 4 851€ e 5 820€
- Entre 5 821€ e 6 790€
- Mais de 6791€

23 Quais os gastos médios mensais do seu agregado familiar com: *

	Euros
Alojamento (e.g. renda ou prestação de empréstimo)	
Educação dos filhos	
Alimentação	

Livros e outro material escolar	
Despesas de saúde	
Actividades de lazer (e.g. filmes, espectáculos, etc.)	
Bens pessoais (e.g. roupa, artigos de higiene, detergentes, etc.)	
Material informático e Internet	
Despesas correntes (e.g. electricidade, gás, água, TV por cabo, etc.)	
Outras despesas (excluindo transportes)	

24 Especifique que outras despesas mensais tem no seu agregado familiar *

(Só responde: Quais os gastos médios mensais do seu agregado familiar com_ Outras despesas)

25 Onde faz regularmente as suas refeições? *

	Em casa (ou traz de casa)	Na cantina da Escola	No bar da Escola	Em estabelecimentos comerciais de restauração
Peq. almoço	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Almoço	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Jantar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

26 Possui meio de transporte próprio? *

- Sim
 Não

27 Indique quais os gastos médios mensais com deslocações (e.g. bilhete de autocarro,táxi, participação em boleias, passagem aérea, etc.) *

(Só responde: Possui meio de transporte próprio_ Não)

- Até 50€
 Entre 51€ e 75€
 Entre 76€ e 100€
 Entre 101€ e 125€
 Entre 126€ e 150€
 Mais de 150€

28 Quais os meios de transporte que o seu agregado familiar possui e a respetiva quantidade? *

(Só responde: Possui meio de transporte próprio_Sim)

Automóvel	
Motorizada (menos de 50 c.c.)	
Mota (mais de 50 c.c.)	
Outro	

29 Qual o outro meio de transporte que o seu agregado familiar possui? *

30 Quais os gastos médios mensais com a utilização do meio de transporte (e.g. gasolina, manutenção, reparações, seguro, portagens, etc.)? *

(Só responde: Possui meio de transporte próprio_Não)

- Nenhum
- Até 50€
- Entre 51€ e 75€
- Entre 76€ e 100€
- Entre 101€ e 125€
- Entre 126€ e 150€
- Entre 151€ e 200€
- Entre 201€ e 300€
- Entre 301€ e 500€
- Mais de 500€

31 Quais os gastos médios mensais com deslocações em outros meios de transporte (e.g. bilhete de autocarro, táxi, participação em boleias, passagem aérea, etc.)? *

(Só responde: Possui meio de transporte próprio_Não)

- Nenhum
- Até 50€
- Entre 51€ e 75€
- Entre 76€ e 100€
- Entre 101€ e 125€
- Entre 126€ e 150€
- Mais de 150€

32 Com que frequência costuma receber visitas de familiares/amigos? *

(Só responde: Mudou de concelho de residência para desempenhar as suas funções no Instituto Politécnico_SIM)

- Nunca
- Menos de 5 vezes por ano
- Entre 6 a 10 vezes por ano
- Mais de 10 vezes por ano

33 Quanto tempo, em média, permanecem as visitas? *

(Só responde: Mudou de concelho de residência para desempenhar as suas funções no Instituto Politécnico_SIM)

- Menos de 24 horas
- Entre 24 horas e dois dias
- Três ou mais dias

34 Quanto gastam, em média, as visitas por dia? *

(Só responde: Mudou de concelho de residência para desempenhar as suas funções no Instituto Politécnico_SIM)

- Até 50€
- Entre 51€ e 75€
- Entre 76€ e 100€
- Entre 101€ e 125€
- Entre 126€ e 150€
- Entre 151€ e 175€
- Mais de 175€

35 O seu vencimento é depositado numa dependência bancária do concelho onde trabalha? *

- Sim
- Não

36 A sua poupança é depositada numa dependência bancária do concelho onde trabalha? *

- Sim
- Não

37 Em média, qual o valor da poupança mensal do agregado familiar? *

- Até 50€
- Entre 51€ e 100€
- Entre 101€ e 250€

- Entre 251€ e 500€
- Entre 501€ e 750€
- Entre 751€ e 1000€
- Mais de 1000€

38 Tem algum empréstimo numa dependência bancária do concelho onde trabalha? *

- Sim
- Não

39 Indique qual o montante inicial do empréstimo: *

(Só responde: Tem algum empréstimo numa dependência bancária do concelho onde trabalha_SIM)

- Até 10 000€
- Entre 10 001€ e 25 000€
- Entre 25 001€ e 50 000€
- Entre 50 001€ e 75 000€
- Entre 75 001€ e 100 000€
- Mais de 100 000€

40 Fez algum investimento ou aquisição no concelho onde trabalha (casa própria, casa para arrendar, automóvel, empresa, etc.)? *

- Sim
- Não

41 Qual o valor total desse(s) investimento(s) ou aquisição no concelho onde trabalha? *

(Só responde: Fez algum investimento ou aquisição no concelho onde trabalha_SIM)

	Euros
Casa própria	
Casa para arrendar	
Automóvel	
Empresa	
Outro	

42 Que outro investimento ou aquisição fez no concelho onde trabalha? *

Muito obrigado(a) pela sua colaboração!

ANEXO 2 – INQUÉRITO AOS FUNCIONÁRIOS

Este inquérito insere-se num projeto de investigação onde se pretende determinar o impacto económico do Instituto Politécnico no desenvolvimento da região, sendo necessário, para isso, a caracterização socioeconómica e profissional dos funcionários não docentes do Instituto.

Neste contexto, solicita-se a sua colaboração no preenchimento do presente questionário. Os dados recolhidos são **absolutamente confidenciais** e serão tratados tendo como único objetivo o trabalho acima mencionado.

Existem 40 perguntas neste inquérito

1. Caracterização Profissional

1 Qual a sua categoria profissional? *

- Dirigente
- Técnico Superior
- Assistente Técnico (coordenador técnico ou assistente técnico)
- Assistente Operacional (encarregado geral operacional, encarregado operacional ou assistente operacional)
- Especialista de Informática
- Técnico de Informática
- Outro. Qual?

2 Local onde desempenha as suas funções: *

- ESA
- ESE
- ESSa
- ESTiG
- EsACT
- Serviços Centrais
- Outro. Qual?

3 Há quantos anos trabalha no Instituto Politécnico? *

_____ anos

4 Como avalia as instalações do Instituto Politécnico onde trabalha? *

- Muito Satisfatórias
- Satisfatórias
- Aceitáveis
- Más
- Muito más

2. Caracterização pessoal e familiar

5 Sexo *

- Feminino
- Masculino

6 Idade *

_____ anos

7 Estado civil *

- Solteiro(a)
- Casado(a)
- Divorciado(a)
- União de facto
- Viúvo(a)

8 Habilitações académicas *

- Ensino Básico
- Ensino Secundário incompleto
- Ensino Secundário completo
- Bacharelato
- Licenciatura
- Pós-graduação
- Mestrado
- Doutoramento

9 Qual o concelho de residência antes de ser funcionário do Instituto Politécnico? *

10 Qual o concelho de residência atual? *

11 Mudou de concelho de residência para desempenhar as suas funções no Instituto Politécnico? *

- Sim
 Não

12 O seu agregado familiar reside consigo? *

- Sim
 Não

13 Quantas pessoas constituem o seu agregado familiar *

_____ pessoas

14 Tem filhos? *

- Sim
 Não

15 Quantos filhos tem *

(só responde: Tem filhos_SIM)

_____ filhos

16 Qual a idade do mais novo? *

(só responde: Tem filhos_SIM)

_____ anos

17 O número de filhos e o respetivo ciclo em que se encontram: *

(só responde: Tem filhos_SIM)

	Ensino Público	Ensino Privado
Infantário		
1º Ciclo		
2º Ciclo		
3º Ciclo		
Secundário		
Superior		
Outro/Não aplicável		

18 Qual o outro ciclo de ensino que o(s) seus(s) filho(s) frequenta(m)? / Porque não se aplica? *

3. Condições de vida

19 Qual o tipo de alojamento durante a semana de trabalho no Instituto? *

- Quarto arrendado
- Casa dos pais/familiares
- Casa/apartamento próprio
- Casa/apartamento arrendado
- Outro. Qual?

20 Qual o rendimento líquido médio mensal do seu agregado familiar? *

- Até 485€
- Entre 486 e 970€
- Entre 971€ e 1 940€
- Entre 1 941€ e 2 910€
- Entre 2 911€ e 3 880€
- Entre 3 881€ e 4 850€
- Entre 4 851€ e 5 820€
- Entre 5 821 e 6 970€
- Mais de 6 791€

21 Quais os gastos médios mensais do seu agregado familiar com: *

	Euros
Alojamento (e.g. renda ou prestação de empréstimo)	
Educação dos filhos	
Alimentação	
Livros e outro material escolar	
Despesas de saúde	
Actividades de lazer (e.g. filmes, espectáculos, etc.)	
Bens pessoais (e.g. roupa, artigos de higiene, detergentes, etc.)	
Material informático e Internet	
Despesas correntes (e.g. electricidade, gás, água, TV por cabo, etc.)	
Outras despesas (excluindo transportes)	

22 Especifique que outras despesas tem no seu agregado familiar. *

(Só responde: Quais os gastos médios mensais do seu agregado familiar com_ Outras despesas)

23 Onde faz regularmente as suas refeições? *

	Em casa (ou traz de casa)	Na cantina do Instituto	No bar do Instituto	Em estabelecimentos comerciais de restauração
Peq. almoço	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Almoço	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Jantar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

24 Possui meio de transporte próprio? *

- Sim
 Não

25 Indique quais os gastos médios mensais com deslocações (e.g. bilhete de autocarro, táxi, participação em boleias, passagem aérea, etc.): *

(Só responde: Possui meio de transporte próprio_Não)

- Até 50€
 Entre 51€ e 75€
 Entre 76€ e 100€
 Entre 101€ e 125€
 Entre 126€ e 150€
 Mais de 150€
 Nenhum

26 Quais os meios de transporte que o seu agregado familiar possui e a respetiva quantidade: *

(Só responde: Possui meio de transporte próprio_SIM)

Automóvel	
Motorizada (menos de 50 c.c.)	
Mota (mais de 50 c.c.)	
Outro	

27 Qual o outro meio de transporte que o seu agregado familiar possui? *

28 Quais os gastos médios mensais com a utilização do meio de transporte (e.g. gasolina, manutenção, reparações, seguro, portagens, etc.): *

(Só responde: Possui meio de transporte próprio_SIM)

- Nenhum
- Até 50€
- Entre 51€ e 75€
- Entre 76€ e 100€
- Entre 101€ e 150€
- Entre 151€ e 200€
- Entre 201€ e 300€
- Entre 301€ e 500€
- Mais de 500€

29 Quais os gastos médios mensais com deslocações em outros meios de transporte (e.g. bilhete de autocarro, comparticipação em boleias, passagem aérea, etc.): *

(Só responde: Possui meio de transporte próprio_SIM)

- Nenhum
- Até 50€
- Entre 51€ e 75€
- Entre 76€ e 100€
- Entre 101€ e 125€
- Entre 126€ e 150€
- Mais de 150€

30 Com que frequência costuma receber visitas de familiares/amigos? *

(Só responde: Mudou de concelho de residência para desempenhar as suas funções no Instituto Politécnico_SIM)

- Nunca
- Menos de 5 vezes por ano
- Entre 6 a 10 vezes por ano
- Mais de 10 vezes por ano

31 Quanto tempo, em média, permanecem as visitas? *

(Só responde: Mudou de concelho de residência para desempenhar as suas funções no Instituto Politécnico_SIM)

- Menos de 24 horas
- Entre 24 horas e dois dias
- Três ou mais dias

32 Quanto gastam, em média, as visitas por dia? *

(Só responde: Mudou de concelho de residência para desempenhar as suas funções no Instituto Politécnico_SIM)

- Até 50€
- Entre 51€ e 75€
- Entre 76€ e 100€
- Entre 101€ e 125€
- Entre 126€ e 150€
- Entre 151 e 175€
- Mais de 175€

33 O seu vencimento é depositado numa dependência bancária do concelho onde trabalha? *

- Sim
- Não

34 A sua poupança é depositada numa dependência bancária do concelho onde trabalha? *

- Sim
- Não

35 Em média, qual o valor da poupança mensal do seu agregado familiar? *

- Até 50€
- Entre 51€ e 100€
- Entre 101€ e 200€
- Entre 201€ e 300€
- Entre 301€ e 400€
- Entre 401€ e 500€
- Mais de 500€

36 Tem algum empréstimo numa dependência bancária do concelho onde trabalha? *

- Sim
- Não

37 Indique qual o montante inicial do empréstimo: *

(Só responde: Tem algum empréstimo numa dependência bancária do concelho onde trabalha_SIM)

- Até 10 000€
- Entre 10 001€ e 25 000€
- Entre 25 001€ e 50 000€

- Entre 50 001€ e 75 000€
- Entre 75 001€ e 100 000€
- Mais de 100 000€

38 Fez algum investimento ou aquisição no concelho onde trabalha (casa própria, casa para arrendar, automóvel, empresa, etc)? *

- Sim
- Não

39 Qual o valor total desse(s) investimento(s) ou aquisição no concelho onde trabalha? *

(Só responde: Fez algum investimento ou aquisição no concelho onde trabalha_SIM)

	Euros
Casa própria	
Casa para arrendar	
Automóvel	
Empresa	
Outro	

40 Especifique que outro investimento ou aquisição fez no concelho onde trabalha. *

Muito obrigado(a) pela sua colaboração!

ANEXO 3 – INQUÉRITO AOS ALUNOS

Este inquérito insere-se num projeto de investigação onde se pretende determinar o impacto económico do Instituto Politécnico no desenvolvimento da região, sendo necessário, para isso, a caracterização socioeconómica dos alunos.

Neste contexto, solicita-se a sua colaboração no preenchimento do mesmo. Os dados recolhidos são **absolutamente confidenciais** e serão tratados tendo como único objetivo o trabalho acima mencionado.

Existem 55 perguntas neste inquérito

Caracterização Pessoal

Sexo *

- Feminino
 Masculino

Idade *

_____ anos

Nacionalidade *

- Portuguesa
 Outro. Qual?

Estado Civil *

- Solteiro(a)
 Casado(a)
 Separado(a)
 Divorciado(a)
 União de facto
 Viúvo(a)

Tem filhos? *

- Sim
 Não

Quantos filhos tem? *

(Só responde: Tem filhos_SIM)

_____ filhos

Qual a idade do mais novo? *

(Só responde: Tem filhos_SIM)

_____ anos

Qual o concelho de residência antes de entrar no Instituto Politécnico de Leiria? *

Qual o concelho de residência do seu agregado familiar? *

Mudou de localidade de residência para frequentar o actual curso? *

Sim

Não

Qual foi o principal motivo pelo qual reside nesta região? *

Natural da região

Frequência no Ensino Superior

Motivos profissionais

Outro. Qual?

Percurso Escolar

12 Curso: *

13 Ano em que está matriculado *

1º ano

2º ano

3º ano

4º ano

14 Ano da 1ª matrícula *

15 Aluno: *

Ordinário

Trabalhador-Estudante (com Estatuto)

- Trabalhador-Estudante (sem Estatuto)
- A frequentar Unidades Curriculares (UC) isoladas

16 Escola que frequenta: *

- ESA
- ESE
- ESSa
- ESTiG
- EsACT

17 O curso onde ingressou foi a sua 1ª opção? *

- Sim
- Não

18 Qual foi a via de acesso ao Ensino Superior? *

- Contingente Geral
- CET
- Maiores de 23 anos
- Outro. Qual?

19 Se não tivesse ingressado neste Instituto Politécnico, teria ido estudar em outra instituição de ensino superior? *

- Sim
- Não

20 Porquê? *

(Só responde: Se não tivesse ingressado neste Instituto Politécnico, teria ido estudar em outra instituição de ensino superior_NAO)

- Porque a formação que pretendia frequentar só existia nesta instituição
- Porque não podia deslocar-me para estudar, por dificuldades económicas
- Porque não podia deslocar-me para estudar, por motivos de trabalho
- Outro. Qual?

21 Possuía experiência de trabalho/formação profissional antes de entrar no Ensino Superior? *

- Sim
- Não

Situação Escolar Atual

22 Quantas horas dedica semanalmente à frequência das aulas? *

- Até ou 5 horas
- De 6 a 10 horas
- De 11 a 15 horas
- De 16 a 20 horas
- De 21 a 25 horas
- De 26 a 30 horas
- Mais de 30 horas

23 Quantas horas dedica semanalmente ao estudo, individual ou em grupo, fora da sala de aula? *

- Até ou 5 horas
- De 6 a 10 horas
- De 11 a 15 horas
- De 16 a 20 horas
- De 21 a 25 horas
- Mais de 25 horas

24 Qual a sua situação profissional atual? *

(Só responde: Aluno_TRABALHADOR-ESTUDANTE)

- Empresário (com empregados)
- Independente ou empresário (sem empregados)
- Trabalhador por conta de outrem
- Familiar não remunerado (trabalha numa empresa/estabelecimento de um familiar, sem remuneração)
- Outro. Qual? _____

25 Quantas horas trabalha semanalmente? *

(Só responde: Aluno_TRABALHADOR-ESTUDANTE)

- Menos de 5 horas
- De 6 a 10 horas
- De 11 a 15 horas
- De 16 a 35 horas
- Mais de 35 horas

26 Qual a relação entre a sua atividade profissional e a área de estudo? *

(Só responde: Aluno_TRABALHADOR-ESTUDANTE)

- Completamente relacionadas
- Bastante relacionadas
- Pouco relacionadas
- Não estão de todo relacionadas

Condições de vida

27 Qual o tipo de alojamento durante o semestre letivo? *

- Quarto arrendado individual
- Quarto arrendado partilhado
- Residência de estudantes
- Casa dos pais/familiares
- Casa/apartamento próprio
- Casa/apartamento arrendado
- Outro. Qual?

28 Como avalia as suas condições de alojamento? *

- Muito satisfatórias
- Satisfatórias
- Aceitáveis
- Más
- Muito más

29 Indique o rendimento/orçamento médio mensal à sua disposição segundo a fonte de origem: *

	Euros
Família ou companheiro/a	
Apoio financeiro estatal na forma de subsídio (não reembolsável)	
Apoio financeiro estatal na forma de empréstimo (reembolsável)	
Apoio financeiro estatal na forma de bolsa escolar (não reembolsável)	
Apoio financeiro de entidades não estatais	
Rendimento ganho através do trabalho	
Outras fontes.	

30 Especifique quais/qual a(s) outra(s) fonte(s) de rendimento *

31 Se traz bens consumíveis de casa, como por ex. comida, bilhetes de autocarros comprados por familiares, etc., quantifique o seu valor mensal: *

_____ Euros

32 Especifique quais os gastos médios mensais que tem no local onde estuda: *

	Euros
Alojamento	
Alimentação	
Livros e outro material escolar	
Despesas de saúde	
Atividades de lazer (e.g. filmes, bares, discotecas, saídas noturnas)	
Bens pessoais (e.g. roupa, artigos de higiene, detergentes, etc.)	
Material informático e Internet	
Propinas, taxas de matrícula, taxas de exames, etc. (considere o valor anual e divida por 10)	
Outras despesas.	

33 Especifique que outras despesas tem no local onde estuda. *

34 Como avalia a sua situação financeira? *

- Muito boa (Isto é, conseguiu poupar dinheiro)
- Boa (Isto é, não teve qualquer problema)
- Razoável (Isto é, fez face às despesas)
- Má (Isto é, teve que cortar muitas despesas)
- Muito má (Isto é, teve de recorrer a empréstimos/utilizou poupanças)

35 Onde faz regularmente as suas refeições? *

	Em casa (ou traz de casa)	Na cantina da Escola	No bar da Escola	Em estabelecimentos comerciais de restauração
Pequeno almoço	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Almoço	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

	Em casa (ou traz de casa)	Na cantina da Escola	No bar da Escola	Em estabelecimentos comerciais de restauração
Jantar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

36 Qual a distância entre a atual residência e o estabelecimento de ensino? *

- <2km
- >=2 - <5km
- >=5 - <20km
- Mais de 20km

37 Qual o meio de transporte utilizado nas deslocações entre a atual residência e o estabelecimento de ensino? *

- A pé
- Transporte público
- Transporte próprio
- Outro. Qual?

38 Indique quais os gastos médios mensais com a deslocação (e.g. bilhete de autocarro, táxi, comparticipação em boleias, etc.) entre a residência no período letivo e: *

(Só responde: Qual o meio de transporte utilizado nas deslocações entre a atual residência e o estabelecimento de ensino_OUTRO_TRANSPORTE PÚBLICO)

	< 50€	50€ a 75€	76€ a 100€	101€ a 125€	126€ a 150€	> 150€
Estabelecimento de ensino	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Casa de família	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

39 Quais os meios de transporte que possui: *

(Só responde: Qual o meio de transporte utilizado nas deslocações entre a atual residência e o estabelecimento de ensino_OUTRO_TRANSPORTE PRÓPRIO)

- Automóvel
- Motorizada (<50 c.c.)
- Mota (>50 c.c.)
- Outro. Qual?

40 Quais os gastos médios mensais com a utilização do meio de transporte (e.g. gasolina, manutenção, reparações, seguro, portagens, etc.)? *

(Só responde: Qual o meio de transporte utilizado nas deslocações entre a atual residência e o estabelecimento de ensino_OUTRO_TRANSPORTE PRÓPRIO)

- Até 50€
- Entre 51€ e 75€
- Entre 76€ e 100€
- Entre 101€ e 150€
- Entre 151€ e 200€
- Entre 201€ e 300€
- Mais de 300€

41 Quais os gastos médios mensais com deslocações em outros meios de transporte (e.g. bilhete de autocarro, táxi, comparticipação em boleias, passagem aérea, etc.)?

(Só responde: Qual o meio de transporte utilizado nas deslocações entre a atual residência e o estabelecimento de ensino_OUTRO_TRANSPORTE PRÓPRIO)

- Até 50€
- Entre 51€ e 75€
- Entre 76€ e 100€
- Entre 101€ e 125€
- Entre 126€ e 150€
- Mais de 150€

42 Com que frequência costuma receber visitas de familiares/amigos? *

(Só responde: Mudou de residência para frequentar o atual curso_SIM)

- Nunca
- Menos de 5 vezes por ano
- Entre 6 a 10 vezes por ano
- Mais de 11 vezes por ano

43 Quanto tempo, em média, permanecem as visitas? *

(Só responde: Mudou de residência para frequentar o atual curso_SIM)

- Menos de 24 horas
- Entre 24 horas e dois dias
- Mais de 3 dias

44 Quanto gastam, em média, as visitas por dia? *

(Só responde: Mudou de residência para frequentar o atual curso_SIM)

- Até 50€
- Entre 51€ e 75€
- Entre 76€ e 100€
- Entre 101€ e 125€
- Entre 126€ e 150€
- Entre 151€ e 175€
- Mais de 175€

Caracterização Familiar

45 Quantas pessoas constituem o seu agregado familiar? *

_____ pessoas

46 Qual a condição perante o trabalho dos seus pais? *

	Mãe	Pai
Empregado (a)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Desempregado (a)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Reformado (a)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Doméstico (a) (por opção, sem ser em situação de desemprego)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não faz parte do meu agregado familiar (falecimento, ausência, outros motivos)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

47 Qual a categoria socioprofissional atual dos seus pais? *

(Só responde: Qual a condição perante o trabalho dos seus pais_EMPREGADO)

	Mãe	Pai
Membros das Forças Armadas (Ex. oficiais, sargentos e praças)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Quadros Superiores e Dirigentes da Adm. Pública e de Empresas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (Ex. Professores e investigadores)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio (Ex. Técnico de electrónica, Encarregado de Construção, Técnico Florestal,...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pessoal Administrativo e Similares	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pessoal dos Serviços e Vendedores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Agricultores e Trab. Qualificados da Agricultura e Pescas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Operários Artífices e Trabalhadores Similares	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Operadores de Instalações, Máquinas e Trab. de Montagem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

	Mãe	Pai
Trabalhadores Não Qualificados (Ex. profissões não qualificadas, execução de tarefas simples e de rotina)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Doméstico(a) (Ex. tarefas domésticas sem lugar a remuneração)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não faz parte do meu agregado familiar (falecimento, ausência, outros motivos)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

48 Qual o nível de escolaridade (completo) dos seus pais? *

	Mãe	Pai
Ensino Básico 1º Ciclo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ensino Básico 2º Ciclo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ensino Básico 3º Ciclo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ensino Secundário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Licenciatura	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pós-Graduação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mestrado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Doutoramento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não faz parte do meu agregado familiar (falecimento, ausência, outros motivos)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

49 Qual o rendimento ilíquido médio mensal do seu agregado familiar? *

- Até 485€
- Entre 485€ e 970€
- Entre 971€ e 1.940€
- Entre 1.941€ e 2.910€
- Entre 2.911€ e 3.880€
- Entre 3.881€ e 4.850€
- Entre 4.851€ e 5.820€
- Mais de 5.820€

Mobilidade Internacional

50 Já frequentou alguma instituição de ensino superior no estrangeiro? *

- Sim
- Não

51 No período de estudo no estrangeiro fazia parte de algum programa: *

(Só responde: Já frequentou alguma instituição de ensino superior no estrangeiro_SIM)

- Não
- Sim, ERASMUS/TEMPUS
- Sim, outro programa da UE
- Outro. Qual?

52 Especifique o nome do país onde permaneceu mais tempo: *

(Só responde: Já frequentou alguma instituição de ensino superior no estrangeiro_SIM)

53 Diga-nos o tempo que lá permaneceu *

(Só responde: Já frequentou alguma instituição de ensino superior no estrangeiro_SIM)

_____ meses

54 Para além da bolsa de mobilidade, qual o apoio financeiro mensal que recebeu (da família ou outro): *

(Só responde: Já frequentou alguma instituição de ensino superior no estrangeiro_SIM)

_____ Euros

55 Quando terminar o curso pretende residir na região onde atualmente estuda? *

- Sim, se conseguir encontrar emprego
- Sim, porque é natural e não pretende mudar de região
- Sim, porque já constituiu família nesta região
- Sim, porque pretende continuar a sua formação na instituição
- Não, porque pretende regressar à região de onde é natural
- Não, porque pretende estudar/trabalhar no estrangeiro
- Irá para onde encontrar emprego
- Não sabe/não responde

Obrigado(a) pela sua colaboração!
